

Ponderação do parecer da APA/ARHTO
(matéria de PDM)

QUADRO 1

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE - ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE (APA/ARHTO)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

Anexo 1 – Apreciação da proposta de Plano

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CARTOGRAFIA							
CART.01	3	<p>1.1 Verifica-se que a representação cartográfica da rede hidrografia do concelho se encontra muito incompleta, tendo em conta as fontes de informação já identificadas e a Carta Militar 1/25.000 (informação de referência).</p> <p>São apresentadas, em anexo, figuras com extratos da Carta Militar e dos Ortofotomapas 2018 com a sobreposição das shapefiles 03_Rede_Hidrografica, para exemplificação das situações detetadas que carecem de revisão, designadamente no que respeita a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Omissão de linhas de água existentes no território e representadas na cartografia de referência;b) Linhas de água representadas apenas parcialmente;c) Falta de conectividade hidráulica.	<p>A questão levantada pela Entidade já havia sido apresentada no parecer emitido em sede da 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva, tendo sido ponderada pelo Município. Na ocasião, foram expostas as razões que justificam a alegada desconformidade (ver item CART.01 do Relatório de Ponderação da Consulta Institucional, relativo à ponderação do 1.ª parecer da Entidade).</p> <p>O Município reitera o entendimento então expresso, salientando que, nos termos do DR n.º 5/2019, de 27 setembro, e dos respetivos conceitos de Carta Base e Cartografia de Base, toda a informação constante das peças desenhadas do conteúdo fundamental do PDM deverá ser extraída da cartografia de base oficial ou homologada.</p> <p>Nos termos do DL n.º 193/95, de 28 de junho, na sua atual redação, a cartografia a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais deve ser obrigatoriamente oficial ou homologada e devidamente atualizada. O mesmo diploma estabelece que o intervalo de tempo entre a data de edição ou homologação da cartografia e a deliberação municipal que determina o início do procedimento de alteração/revisão do PDM não pode exceder cinco anos.</p> <p>Neste enquadramento, toda a informação representada na Carta Base da proposta submetida à 2.ª Reunião Plenária assenta em cartografia homologada, não podendo esta ser alterada à revelia da sua homologação por outras fontes, sejam a Carta Militar ou Ortofotomapas da DGT.</p>	Recomendação não acolhida	<p>CORPO DO PARECER:</p> <p><i>Parecer desfavorável (...), atenta designadamente a insuficiência da representação cartográfica da rede hidrográfica (...).</i></p> <p><i>Esta insuficiência coloca em causa a aplicação do Programa de Medidas definido no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (2022-2027) aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, em 03/04/2024, referindo-se a título de exemplo a importância das referentes aos Eixos PTE3 – Minimização de alterações hidromorfológicas e PTE5 – Minimização de riscos.</i></p> <p><i>A proposta de representação da rede hidrográfica apresentada pela CMC não assegura a consideração do domínio hídrico, sujeito a servidões asministrativas, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a Titularidade dos Recursos Hídricos e da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, a Lei da Água, na sua atual redação.</i></p> <p><i>Reitera-se que, dada a importância da rede hidrográfica nos procedimentos de planeamento e de gestão do território e as implicações futuras na gestão do território municipal, a cartografia apresentada carece de revisão neste tema.</i></p> <p>ANEXO I:</p> <p>Mantém-se o entendimento de que a representação da rede hidrográfica se encontra bastante incompleta, conforme o já referido, nos pareceres anteriormente emitidos:</p> <p>S032725-202506-ARHTO.DPI S041256-202407-ARHTO.DPI S039143-202406-ARHTO.DPI S061266-202310-AHTO.DPI (ver Anexo III)</p> <p>Embora a CMC continue a utilizar a cartografia homologada, considera-se que a mesma peca por omissões que não poderão ser ignoradas por esta entidade, pelo que não se concorda com a posição expressa nas “Notas e Comentários da CMC”.</p> <p>Conforme citação do enquadramento legal, no DL n.º 193/95, de 28 de junho, apresentada pela CMC, “a cartografia a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais deve ser obrigatoriamente oficial ou homologada e devidamente atualizada”, destaque nosso.</p>	<p>Não se verifica qualquer desconformidade da proposta de Plano com programas territoriais existentes.</p> <p>Consultada a informação disponibilizada pela APA no endereço https://apambiente.pt/agua/3o-ciclo-de-planeamento-2022-2027, concretamente no que se reporta à Região hidrográfica RH5 Tejo e Ribeiras do Oeste, verifica-se que:</p> <ul style="list-style-type: none">- De facto, o programa de medidas (“Parte 6”) não faz referência à falta de continuidade cartográfica, mas à “Melhoria da continuidade longitudinal” (página 8 do documento), pelo que se entende que se reporta a todas as linhas de água existentes, independentemente de se encontrarem cartografadas – matéria distinta da identificada pela APA/ARTHO;- De acordo com o quadro 1 do Anexo I da Parte 6, a Covilhã e, concretamente, a Empresa Municipal Águas da Covilhã apenas é responsável pela medida ktm (Key Types of Mesure) 08, correspondente ao Programa de controlo e redução de perdas no sistema de distribuição de água do concelho da Covilhã – medida que consta do Eixo PTE2 – Promoção da sustentabilidade das captações de água. <p>Não se encontra relação com a matéria em causa nem com os Eixos referidos pela APA/ARHTO e a única medida da competência da Empresa Municipal;</p> <ul style="list-style-type: none">- Como descrito no Relatório de Avaliação Intercalar do Programa de Medidas (“PoM” e respetivos anexos), as Entidades responsáveis pelas medidas do eixo PTE3 e PTE5 (referidas pela APA/ARHTO) são a APA, o ICNF, a ERSAR, as EG (entidades gestoras), o IPMA, a DGT, os proprietários e as Câmaras Municipais - CM. <p>Contudo, as CM apenas são referidas na medida PTE5P04 referente à recuperação das bacias de drenagem das massas de água afetadas por incêndios florestais – matéria que também não tem implicação na referida “insuficiência de representação cartográfica da rede hidrográfica” informada pela APA/ARHTO.</p>	Recomendação parcialmente acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
					<p><i>Idêntico comentário se tece em relação à redação (“oficial ou homologada”) apresentada pela CMC sobre o DR n.º 5/2019, de 27 de setembro. Deve considerar-se, assim, nesta cartografia temática, o recurso à Carta Militar produzida pelo Centro de Informação Geoespacial do exército, no âmbito das competências que lhe foram cometidas pelo Decreto regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho, na sua redação atual.</i></p> <p>A proposta apresentada carece de revisão cartográfica neste tema.</p>	<p>Reconhece-se a importância da rede hidrográfica nos procedimentos de planeamento e gestão do território e as implicações na gestão municipal. Contudo, considera-se inviável eventual alteração da cartografia nesta fase do procedimento de revisão do PDM.</p> <p>Sem prejuízo, propõe-se rever a redação do artigo 8.º do Regulamento do PDM, no sentido de reverter a eliminação do n.º 1 e propor a seguinte redação:</p> <p>1 – Sempre que se verifiquem desfasamentos ou omissões entre a representação gráfica do domínio hídrico constante da Planta de Condicionantes e a realidade física do território, são aplicáveis às linhas de água identificadas no local todas as disposições legais e regulamentares relativas à servidão administrativa, devendo a área de intervenção de qualquer operação urbanística ser avaliada com base no traçado efetivamente existente.</p>	
CART.02	3	<p>No decorrer da análise detetou-se, ainda, que a ilha existente na albufeira de Cova do Viriato se encontra classificada na cartografia de base como 12040301_Lagoa (03_CB_Rede_Hidrografica_poligono), devendo este aspeto ser corrigido.</p>	<p>A informação representada na Cartografia de Base corresponde a cartografia homologada, não podendo ser alterada à revelia do respetivo processo de homologação.</p> <p>Ver Notas e Comentários de CART.01.</p>	Recomendação não acolhida	Nada a referir.	-	-
CART.03	3	<p>Nas reuniões sectoriais, solicitadas pela Câmara, a mesma transmitiu a sua não concordância, justificando que já foi corrigido o traçado dos cursos de água que integram a REN, na tipologia CALM, e salientando o disposto na proposta de Regulamento apresentada para a 1.ª reunião plenária da CC relativamente ao art.º 8, n.º 2 : “sem prejuízo da representação gráfica dos leitos e margens de águas públicas que constem da Planta de Condicionantes e de outras condicionantes aplicáveis, o regime jurídico do domínio hídrico constitui-se sobre os recursos identificáveis no sítio e lugar abrangidos pela Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos” (sobre esta redação ver análise do Regulamento neste documento)</p> <p>Neste contexto, considera-se que não é dada resposta aos pareceres emitidos por estes serviços, entendendo-se que, no que respeita aos recursos hídricos não é apresentada uma representação cartográfica que reúna as condições para a aceitação da proposta, em particular da</p>	<p>O Município reitera a sua posição, considerando o que consta da legislação em vigor relativamente à Carta Base (ver notas e comentários de CART.01)</p> <p>Não obstante, considera-se que, dado que os recursos hídricos constituem um tema próprio da Planta de Condicionantes, nesta planta — em particular nos seus desdobramentos Recursos, Hídricos e Geológicos (03.1) e Reserva Ecológica Nacional (03.4) — poderá ser sobreposta à Carta Base a representação dos recursos hídricos utilizada no processo de delimitação da REN. Esta representação incorpora aferições e atualizações da rede hidrográfica que garantem a correspondência com os elementos tidos em conta na delimitação das SRUP associadas a esta temática.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Embora a CMC tenha adicionado à hidrografia da cartografia de base, as linhas de água aferidas no processo de delimitação da REN — nomeadamente na Planta de Condicionantes relativa à temática dos Recursos Hídricos –, continuam a existir omissões importantes à rede hidrográfica, tendo em conta a Carta Militar e os Ortofotomapas, conforme já referido em anteriores pareceres.</p> <p>(ver Anexo II)</p> <p>Considera-se imprescindível que a Planta de Condicionantes do PDM assente numa representação cartográfica da rede hidrográfica aferida face às fontes de informação disponíveis, bem como através de trabalho de campo.</p> <p>Como referido no ponto CART.01, a APA-ARHTO não concorda com a posição da CMC, relativamente à matéria relacionada com a cartografia de base.</p>		

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<i>Planta de Condicionantes e da delimitação da REN.</i>					
PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE COVA DO VIRIATO (POACV)							
POACV.01	4	<i>Reitera-se o já informado no parecer anterior relativamente à coerência das designações na totalidade da proposta;</i>	Rever os documentos da proposta, assegurando a uniformização e coerência das designações adotadas em todos os elementos que integram o processo.	Recomendação acolhida	-	-	-
POACV.02	4	<i>Considera-se que na legenda da 02.1 - Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo, onde é representado apenas o limite da área de intervenção do POACV (fig. 1), deve constar uma remissão para a Planta de Ordenamento - Áreas de Salvaguarda - Zona Terrestre de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato e Parque Natural da Serra da Estrela (02.5), ainda que a designação desta última seja, por si só, autoexplicativa.</i>	Efetuar, na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo (02.1) a remissão para a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Zona Terrestre de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato e Parque Natural da Serra da Estrela (02.5), ainda que a designação desta última seja, por si só, autoexplicativa. Assim, integrar, sob a legenda referente ao POACV e ao POPNSE, a seguinte indicação: “Ver Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Zona Terrestre de Proteção da Albufeira da Cova do Viriato e Parque Natural da Serra da Estrela (02.5) para especificação do ordenamento definido nas áreas do POACV e POPNSE”.	Recomendação acolhida	-	-	-
POACV.03	4	<i>Nesta última (planta 02.5) deve ser identificada a zona de proteção à captação superficial para produção de água para consumo humano, a qual é referida no ponto 6 do art.º 30 da proposta de Regulamento, e que consta da Planta de Síntese do POACV (fig. 3);</i>	Corrigir lapso identificado pela Entidade.	Recomendação acolhida	-	-	-
POACV.04	5	<i>Na informação geográfica apresentada (POAAP_CovaViriato_regime_2025.04.shp) deve ainda ser revisto o seguinte:</i> <ul style="list-style-type: none"> o a Zona Reservada da albufeira da Cova do Viriato é uma faixa com 50m de largura, delimitada a partir do limite do leito da albufeira, dentro da Zona Terrestre de Proteção – a shapefile apresentada abrange o leito da albufeira, o que não está correto; 	Alterar a informação geográfica (POAAP_CovaViriato_regime_2025.04.shp), de acordo com o parecer da Entidade.	Recomendação acolhida	-	-	-
POACV.05	5	<ul style="list-style-type: none"> o o zonamento do Plano de Água, conforme já referido, não é matéria do PDM, pelo que não deve constar da shapefile (fica apenas como recursos hídricos – albufeira na cartografia de base / carta da rede hidrográfica ou de recursos hídricos; 	Alterar a informação geográfica (POAAP_CovaViriato_regime_2025.04.shp), de acordo com o parecer da Entidade.	Recomendação acolhida	-	-	-
POACV.06	5	<ul style="list-style-type: none"> o deve ser revista a shapefile na medida em que não foi possível, em SIG visualizar todas as categorias incluídas na tabela de atributos (campo “LEG”), 	Rever a informação geográfica (POAAP_CovaViriato_regime_2025.04.shp), assegurando a sua clarificação e a legibilidade da informação representada.	Recomendação acolhida	-	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<i>designadamente a ilha, entre outras).</i>					
REGULAMENTO							
REG.01	5	<i>A redação do artigo 30º deve ter em conta que as normas do POACV a transpor para o PDM de Covilhã são exclusivamente as que incidem sobre a Zona Terrestre de Proteção da albufeira, pelo que não deve haver referência ao Plano de Água. No mesmo artigo, considera-se que poderá ser retirado o ponto 2, na medida em que não tem aplicação direta no PDM;</i>	Alterar a redação: Artigo 30.º, n.º 1 – <i>As áreas sujeitas ao regime de proteção da albufeira da Cova do Viriato incidem sobre a Zona Terrestre de Proteção da albufeira, com uma largura de 500 m, contada a partir do nível do pleno armazenamento (cota de 1.557 m) e medida na horizontal.</i> Retirar n.º 2. Renumerar n.º 3 a n.º 6.	Recomendação acolhida	-	-	-
REG.02	5	<i>Importa, desde já, referir que a proposta de Regulamento em análise não é coerente com o exposto no Relatório de Ponderação, na medida em que este último apresenta como aceites a maioria das recomendações relativas ao Regulamento, o que não se verifica. Efetivamente, não foram efetuadas alterações no que respeita, designadamente, aos artigos 6.º, 8.º, 15.º, 19.º, 23.º, 25.º, 43.º, 51.º, 70.º, 105.º e 122.º</i>	Esclarece-se que o Regulamento da proposta da 1.ª Revisão do PDMC sofreu uma alteração substancial entre a 1.ª e a 2.ª Reuniões Plenárias. <u>Artigo 6.º Identificação (SRUP)</u> , integração das SRUP associadas ao SGIFR e à servidão associada ao coletor gravítico e à conduta elevatória do sistema intercetor da Grande Covilhã e à captação superficial de água para consumo humano da albufeira da Cova do Viriato, e alteração da designação dos leitos e margens dos cursos de água. O Artigo 6.º passa a ter a seguinte redação: Artigo 6.º, n.º 1, al. a) – ii. Cursos de água e respetivos leitos e margens; (...) v. Captação superficial para produção de água para consumo humano e respetivo perímetro de proteção - Albufeira da Cova do Viriato, resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de março. al. d) – Retirar a subalínea iv. al. h) – Infraestruturas: i. Rede elétrica: i.i. Infraestrutura de Produção ou Transformação de Energia Elétrica; i.ii. Linha de Muito Alta e Alta Tensão; ii. Rede Nacional de Transporte de Gás – Gasoduto de alta pressão ou de 1.º escalão; iii. Aqueduto público subterrâneo (Despacho n.º 23042/2008, de 10 de setembro); iii.i. Emissário Gravítico; iii.ii. Conduta elevatória” (renumerar subalíneas iii. a viii.) Acrescentar al. j) – “Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais: i. Classes de perigosidade de incêndio rural; ii. Faixas de gestão de combustível; iii. Rede de pontos de água; iv.) v. Rede viária florestal; vi. Linhas de transporte de energia.” A eliminação da alínea d) e a introdução da alínea j) decorrem da ponderação do parecer da CCDRC no âmbito da 1.ª CC e do	Recomendação parcialmente acolhida			

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<p>acolhimento da respetiva recomendação. No entanto, estas alterações não foram refletidas na proposta submetida à 2.ª CC.</p> <p><u>Artigo 8.º Recursos Hídricos.</u> Os contributos acolhidos no Relatório de Ponderação da Consulta Institucional relativamente a este artigo estão integrados no atual artigo 7.º Regime Geral (SRUP) e artigo 8.º.</p> <p><u>Artigo 15.º Condições gerais de edificação,</u> aceitação da proposta da Entidade para reformulação da redação da alínea c). O Artigo 15.º passa a ter a seguinte redação: Artigo 15, n.º 1, al. c) – <i>Quando o terreno se situe em solo rústico, seja servido por via pública e quando não existam, no todo ou em parte, redes públicas de infraestruturas ou outros sistemas públicos que assegurem função equivalente, etal inexistência não for impeditiva da viabilização da atividade, ocupação ou edificação em causa, são exigidas, para as infraestruturas em falta, soluções técnicas individuais comprovadamente eficazes e ambientalmente sustentáveis, ficando a sua construção e manutenção a cargo dos interessados, salvo se estes suportarem o custo da extensão das redes públicas, caso esta seja autorizada, nos termos previstos no RJUE.</i></p> <p><u>Artigo 19.º Linhas de água</u> (artigo 36.º na proposta da 1.ª CC). Alterar redação para: <i>Nas ações de manutenção e outras intervenções a executar nos leitos e margens das linhas de água, sem prejuízo da legislação aplicável, deve promover-se a renaturalização e valorização das linhas de água e galerias ripícolas associadas.</i></p> <p><u>Artigo 23.º Empreendimentos Turísticos</u> (fusão dos artigos 23.º a 25.º na proposta da 1.ª CC). Alterar redação para: Artigo 23.º, n.º 7, al. c) – <i>Garantia de disponibilidade de água residual tratada e água pluvial para a rega necessária.</i></p> <p><u>Artigo 25.º Áreas de proteção parcial do tipo I</u> (anterior artigo 156.º da proposta na 1.ª CC). Não foi comentado pela Entidade em pareceres anteriores.</p>		<p>O Artigo 25.º referia-se a “Áreas de serviços para autocaravanas”. Sugeria-se a substituição de “Integrem” por “Sejam integradas”, de forma a clarificar melhor o artigo.</p> <p>Aceite.</p>	<p>Artigo 23, n.º 9, al. b) – Alterar redação para: “Sejam integradas estações de serviço, localizadas em zonas de fácil acessibilidade e dotadas com equipamentos próprios e adequados para assegurar o escoamento e águas residuais, o esvaziamento de WC químico/sistema de lavagem e despejo de cassetes sanitárias, o abastecimento de água potável e a deposição de resíduos sólidos urbanos;”</p>	<p>Recomendação aceite</p>

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<p><u>Artigo 43.º Zonas inundáveis</u> (artigo 176.º da proposta da 1.ª CC). Não alterar (ver Notas e Comentários de ORD.04).</p> <p><u>Artigo 51.º Instalações agropecuárias e outras atividades insalubres ou perigosas</u> (anterior antigo 35.º na proposta da 1.ª CC). Tal como referido no comentário REG.29 da Tabela 7. do Quadro de Ponderação do parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA-ARHTO) – Proposta de Plano (2.º parecer) (página 100 do Relatório de Ponderação da Consulta Institucional), as condicionantes/restrições associadas à existência de captações (subterrâneas e superficiais) de águas são já salvaguardadas no artigo 122.º - Áreas de proteção funcional (anterior artigo 148.º) do Regulamento, sendo igualmente estabelecidas as normas necessárias ao cumprimento dos condicionalismos e restrições associadas às Zonas Inundáveis (artigo 43º, anterior artigo 176.º).</p> <p><u>Artigo 70.º Regime de Edificabilidade.</u> Julga-se ter havido um lapso da Entidade. O único comentário que a Entidade teceu sobre os Espaços Naturais e Paisagísticos foi referente aos usos e não ao regime de edificabilidade. Como tal, admite-se que a Entidade se quer referir ao atual artigo 69.º e não ao atual artigo 70.º. O comentário da Entidade já não se aplica à nova versão do Regulamento.</p> <p><u>Artigo 105.º Regime</u> (anterior artigo 136.º da proposta na 1.ª CC). Alterar redação para: Artigo 105.º, n.º 3, al. e) – Renaturalização e valorização dos cursos de água e galerias ripícolas associadas, atendendo inclusive à necessidade de erradicação das espécies invasoras.</p> <p><u>Artigo 122.º Áreas de proteção funcional</u> (anterior artigo 148.º). Alterar redação para: Artigo 122.º, n.º 3 – Sem prejuízo do disposto no número 6 do artigo 30.º, no caso de captações de água superficial, são interditas as seguintes atividades na envolvente da estrutura de captação:</p>				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.03	6	<p><i>Artigo 6º - Identificação (Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública)</i></p> <p><i>No que respeita aos Recursos Hídricos constata-se que não foram considerados os aspetos identificados nos pareceres anteriores, pelo que se reiteram.</i></p> <p><i>Constata-se que a proposta agora apresentada, incluiu na Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas, a servidão associada ao coletor gravítico e à conduta elevatória do sistema intercetor da Grande Covilhã. No entanto, esta referência também deverá ser feita no Regulamento, nomeadamente no artigo referente à identificação das SRUP – art.º 6.º h).</i></p>	Ver Notas e Comentários de REG.02.	Recomendação acolhida	-	-	-
REG.04	6	<p><i>No parecer emitido em 03-12-2024, com referência S063813-202411-ARHTO.DPI, relativamente ao disposto no Regulamento quanto aos recursos hídricos, a APA-ARHTO sugeriu a seguinte redação:</i></p> <p><i>“As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública, ainda que não disponham de representação gráfica na Planta de Condicionantes, por motivos de escala da representação ou outros, devem ser consideradas prevalecendo sobre as condições de uso e ocupação estabelecidas pelo presente Plano, sendo-lhes aplicável a respetiva legislação específica”.</i></p> <p><i>No entanto, a CM apresenta, na versão em análise, a seguinte redação:</i></p> <p><i>2 – A eficácia das disposições constantes dos diplomas legais e regulamentares relativos às SRUP referidas no n.º anterior não é prejudicada pela eventual omissão na Planta de Condicionantes, prevalecendo, nessas situações, as disposições suprarreferidas sobre os elementos gráficos e escritos do Plano.</i></p> <p><i>Sobre esta matéria, veja-se a análise do artigo 8º.</i></p> <p><i>Artigo 8.º - Recursos Hídricos</i></p> <p><i>Foi retirado o ponto n.º 2 e alterada a redação do ponto 1 para:</i></p> <p><i>“A delimitação do domínio hídrico representada na Planta de</i></p>	<p>Alterar o nº 2 do artigo 6.º adotando a redação sugerida pela Entidade.</p> <p>Artigo 6.º, n.º 2 – <i>As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública, ainda que não disponham de representação gráfica na Planta de Condicionantes, por motivos de escala da representação ou outros, devem ser consideradas prevalecendo sobre as condições de uso e ocupação estabelecidas pelo presente Plano, sendo-lhes aplicável a respetiva legislação específica.</i></p> <p>Substituir o n.º 1 do artigo 8.º por referência ao diploma da Zona Adjacente ao Rio Zêzere.</p> <p>Artigo 8.º, n.º 1 – <i>A Zona Adjacente ao Rio Zêzere está sujeita ao regime de proteção estabelecido pela Portaria n.º 1053/93, de 19 de outubro, constituindo uma área de ocupação edificada condicionada.</i></p> <p>Relativamente aos restantes contributos mencionados pela Entidade, ver Notas e Comentários de CART.01, CART.03 e REG.02.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<p><i>Condicionantes é indicativa, pelo que, para efeitos do disposto na Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, são aplicáveis a qualquer operação urbanística os recursos hídricos identificáveis no sítio ou lugar.”</i></p> <p><i>Tendo a Planta de Condicionantes, eficácia legal e prática, não é razoável que se utilize o termo “indicativo”. Assim, reiteramos que se deverá adotar a redação já sugerida acima, a incluir no artigo referente às SARUP, não havendo necessidade de repetir esta informação especificamente para os Recursos Hídricos.</i></p> <p><i>Mais uma vez considera-se de salientar a importância da adequada representação da rede hidrográfica na Planta de Condicionantes e restante cartografia do PDM como informação de base.</i></p> <p><i>Relativamente a este artigo e ao artigo 6º, conforme acima mencionado, não foram considerados diversos aspetos identificados em pareceres anteriores.</i></p>					
REG.05	7	<p>Artigo 43º - Zonas Inundáveis</p> <p><i>Este artigo deverá ser reavaliado, pois não corresponde na sua totalidade à redação disponibilizada pela APA, nomeadamente na não inclusão da interdição da construção de ETA e ETAR e de centros de dia.</i></p>	<p>Nas várias comunicações efetuadas com a Entidade não foi expressamente sugerido um normativo para as Zonas Inundáveis (não consta de pareceres emitidos ou atas de reuniões setoriais).</p> <p>Contudo, tendo-se identificado lapsos na listagem dos edifícios sensíveis à luz da legislação em vigor, proceder à alteração da alínea a) do n.º 4, do artigo 43.º, assegurando a correspondência com o conceito de “edifícios sensíveis” estabelecido no Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro.</p> <p>Artigo 43.º, n.º 4, al. a) – <i>Nas áreas delimitadas como zonas inundáveis é ainda interdita: a) A construção de edifícios sensíveis, nos termos do Regime Jurídico da Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundação, designadamente, equipamentos hospitalares e de saúde, escolares, lares de idosos, de reclusão, creches, infantários, edifícios com importância na gestão de emergência e de socorro, armazenamento de produtos perigosos e poluentes, estabelecimentos industriais abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves, estabelecimentos industriais perigosos que estejam obrigados por lei ao dever de notificação e à apresentação de um relatório de segurança, infraestruturas de gestão de efluentes e de</i></p>	Recomendação acolhida	Aceite.	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			armazenamento ou transformação de resíduos, bem como qualquer obra de edificação a eles relativa que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações;				
REG.06	7	Artigo 83.º - Condições gerais de edificabilidade (Solo Urbano) Sugere-se que no ponto 6, onde se lê: "... nomeadamente coberturas verdes ou sistemas de aproveitamento de águas pluviais.", seja incorporado o seguinte: "... nomeadamente coberturas verdes e sistemas de aproveitamento de águas pluviais, devendo ser também asseguradas soluções que promovam a infiltração de água no solo."	Alterar o nº 6 do artigo 83.º, de acordo com a redação sugerida pela Entidade. Artigo 83.º, n.º 6 – Nos casos em que, em resultado do disposto no n.º 3 deste artigo, se verifique o excedente do valor máximo para o índice de impermeabilização do solo referido no n.º anterior ou nos regimes de edificabilidade específicos das categorias ou subcategorias de espaço estabelecidas no presente Regulamento, a pretensão pode ser viabilizada se, de forma devidamente fundamentada, se comprovar a adoção de soluções técnicas que compensem a impermeabilização dos solos, nomeadamente coberturas verdes e sistemas de aproveitamento de águas pluviais, devendo ser também asseguradas soluções que promovam a infiltração de água no solo.	Recomendação acolhida	-	-	-
REG.07	7	Artigo 107.º - Princípios Gerais O ponto 2 deverá ser reformulado, uma vez que pode conduzir a interpretações incorretas sobre a possibilidade de realizar aterros ou destruir linhas de água, em áreas onde não existam as espécies referidas no mesmo, o que não é permitido. Relembra-se que qualquer intervenção em domínio hídrico carece de pronúncia da APA-ARHTO.	A redação do n.º 2 do artigo 107.º da proposta de Regulamento resulta da transposição de uma norma do POPNSE (RCM n.º 83/2009, de 09/09). Alterar o nº 2 do artigo 107.º, de acordo com a sugestão da Entidade. Artigo 107.º, n.º 2 – Em zonas adjacentes às linhas de água, qualquer intervenção, incluindo a construção de infraestruturas, o alargamento de estradas e a limpeza de taludes, encontra-se sujeita a parecer da entidade competente no domínio da gestão dos recursos hídricos. Deve ainda ser aditado um n.º 3 com a seguinte redação: Artigo 107.º, n.º 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, nas áreas de ocorrência das espécies <i>Chioglossa lusitanica</i>, <i>Galemys pyrenaicus</i> e <i>Lacerta shreiberi</i>, é proibida a realização destas ações através de aterro ou destruição das linhas de água e da vegetação aí existente.	Recomendação acolhida	-	-	-
PLANTA DE ORDENAMENTO							
ORD.01	7	Em face da apreciação efetuada à REN e do que vier a ser retificado, recomenda-se que a proposta de ordenamento seja devidamente ajustada. Nas áreas identificadas como Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC), de forma a salvaguardar o aumento de risco para pessoas e bens,	Rever e atualizar a proposta de Ordenamento em função das alterações que vierem a ser efetuadas às ZAC.	Recomendação acolhida	-	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<i>recomenda-se não promover novas áreas passíveis de edificação. Nas Áreas Estratégicas de Infiltração e de Proteção e Recarga de Aquíferos (AEIPRA), recomenda-se ponderação na ocupação a promover, quer de modo a evitar impermeabilizações em áreas fundamentais para a recarga de aquíferos, quer acautelando que as ocupações a prever não representam um risco acrescido quanto à contaminação desses aquíferos.</i>					
ORD.02	7 / 8	<p>Cumpra também referir que em sede de Regulamento do PDM deve constar uma norma que vise interditar as descargas de águas residuais por rejeição/infiltração no solo em áreas integradas na tipologia AEIPRA da REN e em áreas que foram alvo de exclusão desta tipologia da REN. À semelhança de outros PDM, sugere-se a seguinte redação:</p> <p>“Em áreas integradas na REN delimitadas como áreas estratégicas de infiltração, de proteção e de recarga de aquíferos, as águas residuais devem ser encaminhadas para ETAR através de rede pública de drenagem de águas residuais, ou em caso de manifesta impossibilidade poderá ser utilizado sistema autónomo estanque para posterior envio para ETAR, não sendo permitida a utilização de sistemas de rejeição/infiltração no solo. Esta norma aplica-se também às manchas de exclusão da REN-AEIPRA que obtenham parecer favorável/ favorável condicionado nesse âmbito”.</p>	<p>Alterar o artigo 7.º, de acordo com a sugestão da Entidade.</p> <p>Artigo 7.º, n.º 4 – Em áreas integradas na REN delimitadas como áreas estratégicas de infiltração, de proteção e de recarga de aquíferos, bem como nas áreas excluídas desta tipologia, delimitadas na carta da REN, não é permitida a utilização de sistemas de rejeição/infiltração no solo, devendo adotar-se uma das seguintes soluções:</p> <p>a) As águas residuais devem ser encaminhadas para ETAR através de rede pública de drenagem de águas residuais;</p> <p>b) Excecionalmente, em caso de manifesta impossibilidade, poderá ser utilizado sistema autónomo estanque para posterior envio para ETAR;</p>	Recomendação acolhida	-	-	-
ORD.03	8	<i>No que respeita à Classificação e Qualificação do Solo, devem ser revistas e retificadas as shapefiles fornecidas, uma vez que os Planos de Água não deverão ser integrados em qualquer categoria de espaço, figurando na cartografia de base como recursos hídricos. Não deverá existir, assim, sobreposição das classes ou categorias de espaço com os leitos dos cursos de água e/ou albufeiras.</i>	Atualizar as shapefiles relativas à Classificação e Qualificação do Solo, retirando a delimitação da zona de proteção.	Recomendação acolhida	-	-	-
ORD.04	8	<i>Relativamente à 20.4. Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Riscos) constata-se que a respetiva legenda</i>	O Município manifesta a sua discordância relativamente à equiparação referida, considerando que as Zonas Ameaçadas	Recomendação parcialmente acolhida	Nada a referir.	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<p>(ver figura 3) apresenta as Zonas Ameaçadas pelas Cheias e as Zonas Inundáveis como duas entidades distintas.</p> <p>Neste âmbito importa clarificar que zonas ameaçadas pelas cheias e zonas inundáveis podem ser duas designações para o mesmo evento ou fenómeno, que correspondem à tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias – ZAC da REN, estando, assim, representadas na Planta de Condicionantes (planta normalmente desdobrada como Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional).</p> <p>Estas áreas são igualmente áreas de riscos a representar na Planta de Ordenamento (neste caso na planta 20.4. Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Riscos), pelo que as zonas ameaçadas pelas cheias / zonas inundáveis são também representadas nesta planta. Incluem-se nesta planta quer as áreas da ZAC que integram a REN, quer as que eventualmente tenham sido excluídas da REN. Podem, ainda, constar desta planta outras áreas inundáveis decorrentes da insuficiente capacidade da rede de drenagem. A proposta deve ser revista tendo em conta o este contexto.</p>	<p>pelas Cheias (ZAC) e as Zonas Inundáveis correspondem a elementos distintos, com regimes normativos diferenciados: as ZAC constituem uma tipologia da REN, enquanto as Zonas Inundáveis correspondem às áreas excluídas dessa tipologia, identificadas em todo o território concelhio.</p> <p>Assim, a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Riscos (02.4) manterá, conforme indicado pela Entidade, a representação das Zonas Inundáveis (exclusões da tipologia ZAC da REN), abrangendo todo o concelho, bem como, com simbologia diferenciada, as áreas da ZAC, com uma remissão para a respetiva Planta de Condicionantes.</p>				
PLANTA DE CONDICIONANTES							
COND.01	8	A Planta de Condicionantes (e respetivos desdobramentos) deve ser revista de modo a garantir uma correspondência inequívoca entre o Regulamento e a Planta de Condicionantes.	Efetuar as alterações e correções necessárias na Planta de Condicionantes e respetivos desdobramentos.	Recomendação acolhida	-	-	-
COND.02	8 e 9	<p>No que respeita à 03.1 - Planta de Condicionantes, em formato não editável (pdf) apresentada, verifica-se que a planta inclui a representação da Zona Adjacente do Rio Zêzere e “Leito de Cheia”.</p> <p>Sobre esta matéria, e tal como referido acima sobre a Planta de Ordenamento, na Planta de Condicionantes - Recursos Hídricos e Geológicos devem apenas estar representadas as Zonas Adjacentes, sendo que as Zonas ameaçadas pelas cheias constam da Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional. Deste modo, não devem constar desta planta “Leitos de cheia”.</p>	Eliminar da Planta de Condicionantes – Recursos Hídricos e Geológicos (03.1) a representação dos “Leitos de cheia”.	Recomendação acolhida	-	-	-
COND.03	9	Ainda sobre esta planta, constata-se que inclui informação relativa ao zonamento da área de intervenção do POACV, o que não	Rever a Planta de Condicionantes – Recursos Hídricos e Geológicos (03.1), de acordo com o indicado pela Entidade.	Recomendação acolhida	-	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<i>constitui matéria da Planta de Condicionantes. Assim, devem ser retirados desta planta os grupos “Plano de Água” (que, para além do referido, não são matéria do PDM) e de “Zonas de Proteção”. Da Planta de Condicionantes devem constar os limites da Zona Terrestre de Proteção, da Zona Reservada, da Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira, para além da margem integrada nas SARUP relativas ao Domínio Hídrico. Deste modo a proposta de Planta de Condicionantes não se encontra em condições de ser aceite.</i>					
RELATÓRIO DO PLANO							
REL.01	9 e 10	<p><i>Estrutura Ecológica Municipal – Recursos hídricos</i></p> <p><i>a) Zonas Inundáveis</i></p> <p><i>Deverá ser retificado o último parágrafo deste ponto, o qual refere o seguinte: “Por não se tratar de uma SRUP, mas de salvaguarda que decorre da delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias, as zonas inundáveis são delimitadas na planta de ordenamento do PDM (02.4. Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Riscos), sendo obrigatórias, como já foi mencionado e de acordo com o Decreto-Lei n.º 364/98, apenas para o solo urbano (n.º 3 do artigo 2º). Já as ZAC, tratando-se de uma SRUP delimitada no âmbito da REN, são representadas na Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional)”.</i></p> <p><i>Sobre este parágrafo deve ser revisto o referido na análise do Regulamento sobre as zonas ameaçadas pelas cheias e zonas inundáveis.</i></p>	<p>O parágrafo identificado pela Entidade será revisto em conformidade com a ponderação efetuada ao contributo ORD.04, nomeadamente no que diz respeito ao âmbito territorial de aplicação das ZI a todo o território concelhio.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	-	-	-
REL.02	10	<p><i>b) Drenagem de águas residuais</i></p> <p><i>É referido que “Na Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas (3.6) assinalam-se os coletores de águas residuais existentes no concelho e a ETAR da Grande Covilhã.”, no entanto, não se verifica essa representação na respetiva Planta. Deverá ser verificado se a ETAR dispõe de servidão legalmente constituída e,</i></p>	<p>A ETAR da Grande Covilhã não dispõe de servidão legalmente constituída, razão pela qual não se encontra representada na Planta de Condicionantes – Equipamentos, Infraestruturas e Atividades Perigosas (03.6).</p> <p>Corrigir, na página 269 do Relatório, o parágrafo indicado pela Entidade, retirando a referência à ETAR da Grande Covilhã.</p>	Recomendação acolhida	-	-	-

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<i>se não for o caso, proceder à correção da informação presente no Relatório.</i>					
REL.03	10	<i>b) Drenagem de águas residuais Ainda sobre este tema, e independentemente de se vir a concluir que não dispõem de servidão legalmente constituída, importa referir que as infraestruturas com maior impacto no território, nomeadamente a ETAR da Grande Covilhã, deverão ser representadas na Planta de Ordenamento, ou num desdobramento da mesma, conforme consta na alínea k) do art.º 10 do RJIGT.</i>	Representar a ETAR da Grande Covilhã na Planta de Ordenamento, referindo essa integração no Relatório.	Recomendação acolhida	-	-	-
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO							
ECD.01	10	<i>Os ECD foram analisados aquando da emissão do parecer S027046-202204-ARHTO.DPI, relativo aos Elementos Iniciais. Nessa altura foram enunciados vários aspetos relativos aos Recursos Hídricos, que se encontravam em falta e que deveriam ser abordadas pelos ECD. No entanto referimos o seguinte: “Note-se que, relativamente a alguns temas, poderá ser aceite a inclusão no relatório dos ECD uma remissão para o processo de revisão da delimitação da REN, caso os mesmos se encontrem já estudados de forma aprofundada nesse âmbito, apresentando os ECD uma síntese das respetivas conclusões.” Na proposta agora apresentada, verifica-se que os ECD disponibilizados, têm a mesma data dos elementos apresentados inicialmente, sem que tenham sido consideradas as observações levantadas à época. Embora se entenda a opção de não atualização dos ECD, julga-se que esta poderia ser uma mais-valia para o desenvolvimento do território, constituindo uma situação de referência mais fidedigna, para a monitorização do PDM.</i>	O Município considera que os ECD constituem um documento prévio e fundamental à elaboração do Plano, reunindo um conjunto de dados e informações sobre o estado e a caracterização do território à data da sua elaboração. Reconhecendo-se a mais-valia de uma eventual atualização, entende-se, no entanto, que esta não se revela essencial, uma vez que os aspetos relativos aos recursos hídricos são abordados de forma atualizada no âmbito do processo de delimitação da REN. Pelo exposto, e tendo sido o documento elaborado em 2022, considera-se, por isso, que a sua atualização é extemporânea.	Recomendação não acolhida	<i>Atendendo à fase final em que se encontra este procedimento de revisão do PDM, aceita-se a não atualização dos ECD. Contudo considera-se de referir que essa revisão teria sido oportuna em 2022, conforme indicado e justificado nesse parecer emitido pela APA/ARHTO.</i>	-	-

Ponderação do parecer da APA/ARHTO
(matéria de AAE)

QUADRO 1

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE - ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E OESTE (APA ARHTO)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

Anexo 2 – Avaliação Ambiental Estratégica

Apreciação do Relatório Ambiental e do Resumo Não Técnico

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RELATÓRIO AMBIENTAL							
RA.01	12	<i>(...) reiterase a necessidade de, em consonância com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, os critérios de avaliação serem limitados a dois por FCD, o mesmo se aplicando aos indicadores apresentados por critério, que devem ser limitados a dois ou três por critério. O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não deve ser exaustivo, mas sim focar-se nos pontos principais de decisão, pelo que se sugere um adicional esforço de síntese nos critérios e indicadores selecionados na próxima versão do RA a apresentar.</i>	<p>Reitera-se a ponderação do anterior parecer, de acordo com as seguintes considerações:</p> <ul style="list-style-type: none">Na versão do RA que integra os elementos submetidos no âmbito da 2.ª Reunião da CC, foi efetuado um esforço de síntese do Quadro de Avaliação face à versão antecedente (remetida no âmbito da 1.ª Reunião da CC), tendo-se passado de 18 para 16 critérios de sustentabilidade e de 74 para 53 indicadores de avaliação, tendo-se eliminado 2CS e 21 indicadores.Ao longo de todo o processo, outras ERAE foram apontando, como sugestão, a inclusão de novos critérios/indicadores (todos eles pertinentes dentro dos diferentes domínios), não sugerindo especificamente critérios/indicadores que considerassem dispensáveis. Nesse sentido, foi necessário um esforço de conciliar indicações que podem, em certos casos, ser contraditórias.Constata-se ainda que, nesta fase já avançada da AAE, que acompanha a proposta de revisão do PDMC para Discussão Pública, será desaconselhável rever a análise de tendências, considerando que esta serviu para tomar conhecimento das condições da evolução do território, previamente à avaliação dos efeitos significativos do Plano. <p>Deste modo, opta-se por manter o Quadro de Avaliação da versão de RA submetida 2.ª Reunião da CC.</p>	Recomendação não acolhida	<p>Aceita-se a justificação apresentada, reconhecendo-se a dificuldade do esforço de síntese e de conciliação dos pareceres emitidos pelas diferentes entidades.</p> <p>Salienta-se, contudo, e dada a referência à “fase já avançada da AAE” que essa recomendação já tinha sido feita no parecer emitido em 2022 (S05581-202209-ARHTO.DPI) relativo ao RFC, altura em que teria sido oportuno esse exercício.</p>	-	-
RA.02	12	<i>No que diz respeito aos aspetos relacionados com a proteção, conservação e valorização dos recursos hídricos, e tendo por base o parecer emitido na fase anterior deste procedimento e o respetivo quadro de ponderação apresentado no Anexo II ao Relatório Ambiental, considera-se de referir que parte significativa das recomendações apresentadas não foram consideradas apesar de, esse quadro, mencionar precisamente o oposto.</i>	<p>Não sendo referido, concretamente, quais os pontos (devidamente identificados com código) em que se considera que existe essa incoerência, procede-se a uma verificação geral da concordância entre o resultado das ponderações e as respetivas notas e comentários, corrigindo-se o quadro de ponderação, caso necessário.</p>	Recomendação acolhida			


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO						
RA.03	12	<p><i>Quadro 7. Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>Para o FCD1/Critério “Recursos hídricos” – no anterior parecer sobre o RA Provisório recomendou-se retirar os indicadores apresentados quanto à qualidade da água atendendo a que os mesmos se encontravam formulados de forma incorreta, sugerindo-se a sua substituição pelo indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas (% das massas de água em Bom Estado/potencial).” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas.</i> <p><i>O Quadro de ponderação do Anexo II refere que a recomendação foi acolhida. Foram retirados os dois indicadores, mas não foi incluído o indicador que se apresentou em substituição. Recomenda-se novamente, integrar o indicador proposto.</i></p>	<p>Conforme se pode observar na imagem abaixo, o quadro de ponderação anterior remetido no Anexo II do RA, não referia a inclusão do indicador em substituição. A indicação “Recomendação acolhida” pode ter sido imprecisa, devendo-se referir “Recomendação parcialmente acolhida”.</p> <table><tr><th>N. REF.ª</th><th>PÁG. DO PARECER</th><th>EXTRATO DO PARECER</th></tr><tr><td>AAE.17</td><td>12</td><td><p>• FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que:</p><ul style="list-style-type: none">- A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico.- A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico.- A avaliação do estado global das massas de água subterrâneas envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo.<p>Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.</p></td></tr></table> <p>Relativamente à inclusão do indicador “<u>Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas (% das massas de água em Bom Estado/potencial)</u>” reitera-se a ponderação ao ponto RA.01, no que respeita à pertinência do exercício de síntese do Quadro de Avaliação.</p> <p>De qualquer modo, ressalva-se que a análise do estado das MA superficiais e subterrâneas se considera bastante relevante para AAE, mantendo-se no conteúdo da Análise de Tendências, conforme se verifica nas páginas 64 a 65.</p>	N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	AAE.17	12	<p>• FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que:</p> <ul style="list-style-type: none">- A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico.- A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico.- A avaliação do estado global das massas de água subterrâneas envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo. <p>Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.</p>	Recomendação não acolhida	<p>A CMC terá feito uma interpretação do parecer da APA/ARHTO, diferente da pretendida por esta entidade, pelo que, não há nada a acrescentar.</p> <p>Relativamente à inclusão do indicador, atendendo à fase em que se encontra o presente procedimento de AAE e atendendo a que essa matéria se encontra identificada no RA e que se encontra salvaguardada a presença desse indicador na fase de seguimento, considera-se que se encontram dessa forma, contempladas as preocupações de inclusão dessa matéria na avaliação ambiental, mencionadas por esta entidade.</p>	-	-
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER											
AAE.17	12	<p>• FCD1 - Critério “Recursos hídricos” – Deverão ser retirados os indicadores apresentados quanto à qualidade da água (“Estado químico e biológico das massas de água superficiais” e “Estado químico e biológico das massas de água subterrâneas”) dado que:</p> <ul style="list-style-type: none">- A avaliação do estado global das massas de água superficiais naturais envolve a avaliação do Estado ecológico e do Estado químico.- A avaliação do estado global das massas de água superficiais artificiais ou fortemente modificadas envolve a avaliação do Potencial Ecológico e do Estado Químico.- A avaliação do estado global das massas de água subterrâneas envolve a avaliação do Estado químico e o Estado quantitativo. <p>Neste contexto, recomenda-se o indicador: “Estado/potencial das massas de água superficiais e subterrâneas” de forma a abranger a avaliação do estado global de todas as massas de água superficiais (naturais, artificiais ou fortemente modificadas) e das massas de água subterrâneas. A unidade de medida refere-se à “% das massas de água em Bom Estado/potencial”.</p>											

RA.04	12 / 13	<p>Quadro 7. Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Para o FCD1 - Critério “Valores naturais, culturais e paisagísticos” – no anterior parecer recomendou-se que “Atendendo ao objetivo de recuperação e valorização das linhas de água e ecossistemas ripícolas mencionado no Plano considera-se de incluir o indicador “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”. <p>Esse indicador não foi considerado, tendo sido apresentada a seguinte justificação: “Quanto ao indicador (...), o mesmo não será acolhido, tendo em conta a dificuldade de recolha de dados nesta matéria. Um indicador deste tipo seria profícuo se existisse, a priori, algum estudo que identificasse a extensão de linhas de água e galerias ripícolas que necessitem de recuperação/valorização.”.</p> <p>Salienta-se que o Regulamento e o Relatório da Proposta do Plano enquadram este objetivo. No Programa de Execução/Plano de Financiamento, estão previstas ações de recuperação dos corredores ecológicos da Ribeira da Carpinteira e da Ribeira da Goldra. Ao abrigo de várias iniciativas camarárias e do Programa Polis foram já desenvolvidos vários estudos e ações para a reabilitação dessas ribeiras. Recomenda-se, neste contexto, manter o indicador proposto.</p>	<p>As ações de recuperação e valorização das linhas de água mencionadas, nas ribeiras da Carpinteira e da Goldra, já se encontram referidas na Análise de Tendências do respetivo RA, a partir da informação conhecida disponível, citando-se:</p> <p>“No âmbito do restauro ecológico, a Câmara Municipal da Covilhã tem vindo a desenvolver ações de limpeza de cursos de água no concelho, através de candidaturas a programas da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Foi feita uma intervenção envolvendo a “totalidade” da Ribeira da Goldra e “alguns troços” da Ribeira da Carpinteira com trabalhos que envolvem a desmatização na proximidade do leito, trabalhos orientados para a limpeza de zonas atingidas por incêndios. O mesmo programa aprovou também intervenções em cursos de água em freguesias rurais. Foram feitas intervenções no Rio Zêzere, na freguesia do Barco e vários afluentes naquela freguesia, e nas Ribeiras do Paul, Cortes e Erada que também foram atingidas por incêndios. (CMC, 2022)” (página 73 do Relatório Ambiental).</p> <p>Relativamente à integração deste indicador, elencam-se os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não sendo possível precisar a extensão das linhas de água intervencionada e dada a extensa rede hidrográfica do município, antevê-se difícil a quantificação deste indicador, obrigando a desenvolver um levantamento cartográfico destas ações; As intervenções em cursos de água previstas no PEPF da proposta de revisão do Plano foram avaliadas no âmbito da Avaliação dos Efeitos Significativos (Capítulo 8) do Relatório Ambiental e não na Análise de Tendências, uma vez que esta se dedica à evolução do território (sem correlacionar com as propostas do Plano); Reforça-se, conforme já referido, que, nesta fase já avançada da AAE, não será muito aconselhável rever a análise de tendências, considerando que esta serviu para tomar conhecimento das condições da evolução do território, previamente à avaliação dos efeitos significativos do Plano. A introdução de novos indicadores dificulta/contraria o referido pela entidade (ver ponto RA.01): “O exercício de AAE deve ser um exercício estratégico e não deve ser exaustivo, mas sim focar-se nos pontos principais de decisão”. Embora seja uma matéria bastante relevante, a recuperação e 	<p>Recomendação não acolhida</p>	<p>Atendendo à fase em que se encontra o presente procedimento de AAE e atendendo a que essa matéria se encontra identificada no RA e que se encontra salvaguardada a presença desse indicador na fase de seguimento considera-se que se encontram dessa forma, contempladas as preocupações de inclusão dessa matéria no RA, mencionadas por esta entidade.</p>	-	-
-------	---------	--	---	----------------------------------	--	---	---

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<p>valorização de linhas de água não constitui um dos “principais pontos de decisão” do PDM, havendo outros instrumentos/planos mais adequados a este efeito.</p> <p>Deste modo, reitera-se a posição anterior de não acolher o novo indicador, referindo-se, apesar de tudo, que este indicador é integrado como indicador de seguimento (ver ponto RA.08).</p>				
RA.05	13	<p><i>Quadro 7. Quadro de Avaliação – FCD, critérios e indicadores de avaliação”, apresentam-se as seguintes recomendações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>Para o FCD2 /Critério “Riscos Naturais” – recomendou-se adicionar o indicador “Territórios artificializados em Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo (hectares)” de forma a avaliar de que forma o PDMC poderá contribuir para a minimização, prevenção e adaptação do território face à probabilidade de ocorrência também deste risco.</i> <p><i>Esse indicador não foi considerado. O quadro de ponderação justifica a sua não inclusão com a necessidade de “concentrar na AAE uma seleção apenas dos indicadores mais relevantes” e de “simplificar o quadro de avaliação”. Concorde-se com essa necessidade, mas informa-se que o risco de erosão hídrica corresponde ao principal risco natural identificado para o concelho.</i></p> <p><i>Neste contexto, recomenda-se, novamente, integrar o indicador proposto ou, de forma a simplificar o quadro de indicadores recomenda-se a adoção de um indicador que integre todos os riscos naturais identificados para o concelho: “Territórios artificializados em áreas de risco natural (hectares, por tipologia de risco)”.</i></p>	<p>Acolhe-se a sugestão da entidade, substituindo-se os indicadores “Territórios artificializados em zonas ameaçadas pelas cheias (ha)” e “Territórios artificializados em áreas de instabilidade de vertentes (ha)” por “Territórios artificializados em áreas de risco natural (hectares, por tipologia de risco)”, onde se inclui a avaliação dos Territórios artificializados em Áreas com elevado risco de erosão hídrica do solo.</p>	Recomendação acolhida			

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RA.06	13	<p><i>Capítulo 9.3 Medidas de Controlo - no Quadro 61, recomenda-se que os indicadores se organizem por critérios e que esse quadro seja revisto atendendo a que foram suprimidos critérios/indicadores fundamentais nomeadamente no que se refere aos riscos e alterações climáticas</i></p>	<p>Cumprindo o sugerido no “Guia de Melhores Práticas para AAE”, e também o referido na Nota Técnica publicada pela APA (NT.AAE.2/2020), propõe-se um número reduzido de indicadores de seguimento (inferior a 20), facto que torna a leitura do Quadro 61 relativamente simples, não sendo necessária a criação de subdivisões relativas a critérios.</p> <p>Para além do indicador “Emissões de gases com potencial efeito de estufa (kton)”, que constava já da versão anterior do RA e se mantém, são ainda acrescentados outros indicadores relacionados com riscos, nomeadamente em áreas da REN (ver ponderação ao parecer da CCDRC – ponto RA.04).</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Não se entende a justificação apresentada. A CMC terá feito uma interpretação do parecer da APA/ARHTO, diferente da pretendida por esta entidade, dado que nada é referido quanto à “criação de subdivisões relativas a critérios” (nem esse é um procedimento usual na AAE). Apenas é solicitado que se organizem os indicadores por critérios, por ser, esse sim, um procedimento habitual na AAE, que permite estruturar a informação apresentada.</p> <p>Sem comentários atendendo a que não são referidos quais os “Outros indicadores” nem foi disponibilizado o RA revisto.</p>	<p>O que se pretende referir é que encaixar/organizar 19 Indicadores de seguimento em 16 Critérios não se traduz em grandes benefícios do ponto de vista da estruturação da informação (até porque alguns indicadores de seguimento podem dar resposta às preocupações de vários critérios em simultâneo).</p> <p>A organização apresentada, por FCD, torna a leitura da listagem dos Indicadores de seguimento bastante mais clara: FCD1 – 5 indicadores FCD2 – 5 indicadores FCD3 – 4 indicadores FCD4 – 5 indicadores</p> <p>Relativamente aos indicadores, destaca-se a integração do indicador “Territórios artificializados em áreas de risco (hectares, por tipologia de risco)”, de modo a avaliar a tendência de exposição da população ao risco das tipologias mais sensíveis da REN (AIV, AEREHS e ZAC).</p>	Recomendação parcialmente acolhida
RA.07	13	<p><i>Para o FCD1- Biodiversidade, valores culturais e paisagísticos (...):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Incluir indicadores que permitam avaliar de que forma o PDM poderá vir a contribuir para melhorar a eficiência de utilização da água no concelho sugerindo-se em complemento dos indicadores já apresentados, o seguinte: “Reutilização das águas residuais (% por tipo de uso)”</i> 	<p>Integra-se o indicador “Produção de água para reutilização” disponibilizado pela ERSAR.</p>	Recomendação acolhida			
RA.08	13	<p><i>Para o FCD1- Biodiversidade, valores culturais e paisagísticos (...):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Incluir o indicador: “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”, conforme justificação já mencionada no presente parecer e intervenção prevista no Programa de Execução.</i> 	<p>Integra-se o indicador “Extensão das linhas de água e galerias ripícolas recuperadas e valorizadas (%; km por tipologia de intervenção)”, contudo, pelos motivos identificados no ponto RA.04, não será identificado um valor base.</p>	Recomendação acolhida			

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RA.09	13	<p>Para o FCD2 – Qualidade ambiental e riscos, recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> Retificar o indicador apresentado “Perdas de água do sistema de abastecimento e de drenagem das águas residuais” pelo seguinte: <ul style="list-style-type: none"> Perdas reais de água no sistema de abastecimento de água (l/ramal/dia))” - porque interessa sobretudo considerar as perdas físicas durante o processo de distribuição. <p>Para este indicador, a ERSAR constitui-se também como fonte de informação.</p>	Altera-se o indicador em conformidade com o indicador disponibilizado pela ERSAR.	Recomendação acolhida			
RA.10	13 / 14	<p>Para o FCD2 – Qualidade ambiental e riscos, recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> Integrar os indicadores, ou similares, de forma a dar resposta aos objetivos do PDM: <ul style="list-style-type: none"> “Territórios artificializados em áreas de risco (hectares, por tipologia de risco)”. “Medidas, ações e projetos de mitigação/adaptação às alterações climáticas implementadas no âmbito do PDM (n.º, por tipologia)”. 	<p>Integra-se o indicador “Territórios artificializados em áreas de risco (hectares, por tipologia de risco)”.</p> <p>Relativamente ao indicador “Medidas, ações e projetos de mitigação/adaptação às alterações climáticas implementadas no âmbito do PDM (n.º, por tipologia)”, considera-se que contribui para a monitorização dos efeitos ambientais da implementação do Plano. Apesar do Plano, em sede regulamentar e programática, definir ações que contribuem para a mitigação/adaptação às Alterações Climáticas, entende-se que este não é o foco da revisão do PDM, e por isso, não se inclui este indicador. Existem outros planos onde se efetua este tipo de avaliação, nomeadamente o Plano Municipal de Ação Climática.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Não se concorda com a justificação apresentada.</p> <p>A importância desta temática encontra-se bem identificada nos elementos do PDM, nomeadamente no Relatório e Regulamento.</p> <p>Considera-se ainda de referir que embora possam existir outros planos que abordam a temática das alterações climáticas apenas o próprio PDM se encontra apto para identificar as medidas, ações e projetos de mitigação/adaptação implementadas no seu âmbito.</p> <p>Face ao exposto, considera-se de manter o referido indicador de forma a avaliar de que forma a proposta de revisão do PDM irá contribuir para a “(...) diminuição da vulnerabilidade do território e adaptação às alterações climáticas” (pág. 54 do RA).</p>	<p>Face à exposição e comentários adicionais da entidade, opta-se por incluir também o indicador de seguimento “Medidas, ações e projetos de mitigação/adaptação às alterações climáticas implementadas no âmbito do PDM (n.º, por tipologia)”, integrado no FCD2 – Qualidade Ambiental e Riscos (onde se inclui a temática das Alterações Climáticas).</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RA.11	14	<p>Para o Quadro 61 apresentado, além do já referido, e de forma a permitir uma melhor leitura do mesmo, recomenda-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> Coluna “Valor Base” - deverão ser revistos/atualizados os valores de base atendendo a que poderá existir alguma desatualização dos mesmos (ex.: a ERSAR já disponibiliza os dados mais recentes). Esses valores apresentados deverão ainda estar associados a unidades de medida de forma a permitir uma melhor compreensão da informação disponibilizada e deverá ser identificada a sua origem ou fonte exata, sobretudo nos casos em que são indicadas várias fontes de informação. 	<p>Relativamente aos valores base, entende-se que os mesmos refletem a data na qual foi produzido o RA, não podendo haver uma constante atualização à medida que vão sendo atualizados valores, sobretudo nesta fase avançada dos trabalhos. Essa atualização de valores será efetuada, anualmente, aquando da produção dos Relatórios de Avaliação e Controlo.</p> <p>Quanto às unidades de medida, as mesmas são apresentadas junto ao nome do indicador.</p> <p>Quanto às fontes dos dados, entende-se que devem sempre ser referidas todas as fontes oficiais onde os dados podem ser acedidos (até porque, por vezes em determinadas fontes, pode existir uma descontinuidade ou atraso na disponibilização da informação).</p>	Recomendação não acolhida	<p>Relativamente aos valores base, e dado que nos encontramos na fase final do procedimento de AAE os mesmos devem refletir a data em que foi produzida a última versão do RA, o qual irá estabelecer-se como quadro de referência para os procedimentos seguintes.</p> <p>Essa referência diz respeito aos indicadores de seguimento – e não aos indicadores de avaliação – pelo que não compromete a avaliação efetuada.</p> <p>Importa ainda referir que essa desatualização compromete a informação apresentada no Quadro 61, no que se refere aos “Objetivos” e “Efeito desejável” e eventualmente também quanto à identificação das “Metas”. Compromete ainda as conclusões que deverão ser retiradas da análise desse quadro.</p> <p>Reitera-se assim a necessidade de se atualizarem os valores de base relativos aos indicadores de seguimento de forma a corresponderem à informação existente e disponibilizada à data da entrega do Relatório Ambiental final.</p>	<p>Será, então, oportuno que essa atualização (valores base dos indicadores de seguimento) se faça apenas na versão final do RA, aquando da elaboração, em simultâneo, da Declaração Ambiental.</p>	Recomendação acolhida
RA.12	14	<p>Para o Quadro 61 apresentado, (...), recomenda-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> Coluna “Objetivo ou efeito expectável” - recomenda-se que seja adotada apenas uma coluna referente a “Objetivos e metas de referência” e outra referente ao “Efeito expectável” atendendo a que o “objetivo” nem sempre corresponde ao “efeito expectável”. Considera-se ainda de referir que é irrealista considerar-se como “efeito expectável” decorrente da implementação do PDM, uma diminuição dos “territórios artificializados” 	<p>Retifica-se o Quadro dos Indicadores de Seguimento de modo a assumir as duas colunas: “Objetivos e metas de referência” e “Efeito expectável”.</p> <p>Relativamente ao indicador referido “Territórios artificializados per capita (m2/hab)”, este não indica apenas ao crescimento/decrécimo dos “territórios artificializados”, mas sim a sua relação com a população residente, avaliando-se, desta forma, a eficiência que existe em termos de territórios artificializados.</p> <p>Ressalva-se que, de acordo com a Meta 15.3 Combater a desertificação e restaurar a terra degradada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pretende-se que este valor diminua, mantendo-se a tendência negativa desejada.</p>	Recomendação parcialmente acolhida	<p>Concorda-se com a adoção do indicador.</p> <p>Questiona-se a justificação com recurso à Meta 15.3 dos ODS dado que esta não se refere aos territórios artificializados e tem como objetivo: “Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.”</p>	<p>A associação do indicador “Territórios artificializados per capita (m2/hab)” à Meta 15.3 dos ODS é efetuada na plataforma ODSLocal, conforme imagem infra.</p> 	Recomendação parcialmente acolhida
RA.13	14	<p>Para o Quadro 61 apresentado, (...), recomenda-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> Coluna “Meta” - os valores mencionados deverão de igual forma estar associadas unidades de medida, devendo ainda ser identificada a sua fonte exata, sobretudo se para esse indicador, estiverem associadas várias fontes de informação. 	<p>As unidades de medida já são referidas entre parênteses, logo a seguir ao nome do indicador e as fontes de informação apresentadas aplicam-se tanto ao valor base como à meta.</p>	Recomendação acolhida			

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS DA APA/ARHTO (Parecer S059308-202510-ARHTO.DPI de 18.10.2025)	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RA.14	14	Considera-se ainda de referir, que o RA carece de uma análise conclusiva ou de um capítulo final de ponderação do procedimento de AAE e da sua articulação com o procedimento de revisão do PDMC.	Integra-se um novo capítulo final no RA, conforme sugerido pela entidade, com as principais conclusões da AAE, a sua articulação com o processo da revisão do PDM e a referência à realização dos Relatórios de Monitorização e Controlo.	Recomendação acolhida			
RESUMO NÃO TÉCNICO							
RNT.01	14	Concorda-se genericamente com o Resumo Não Técnico (RNT) apresentado (datado de abril de 2025), alertando para que o mesmo deve ser revisto em conformidade com as sugestões e recomendações acima efetuadas sobre a Proposta de RA apresentada.	Procede-se a essa revisão.	Recomendação acolhida			

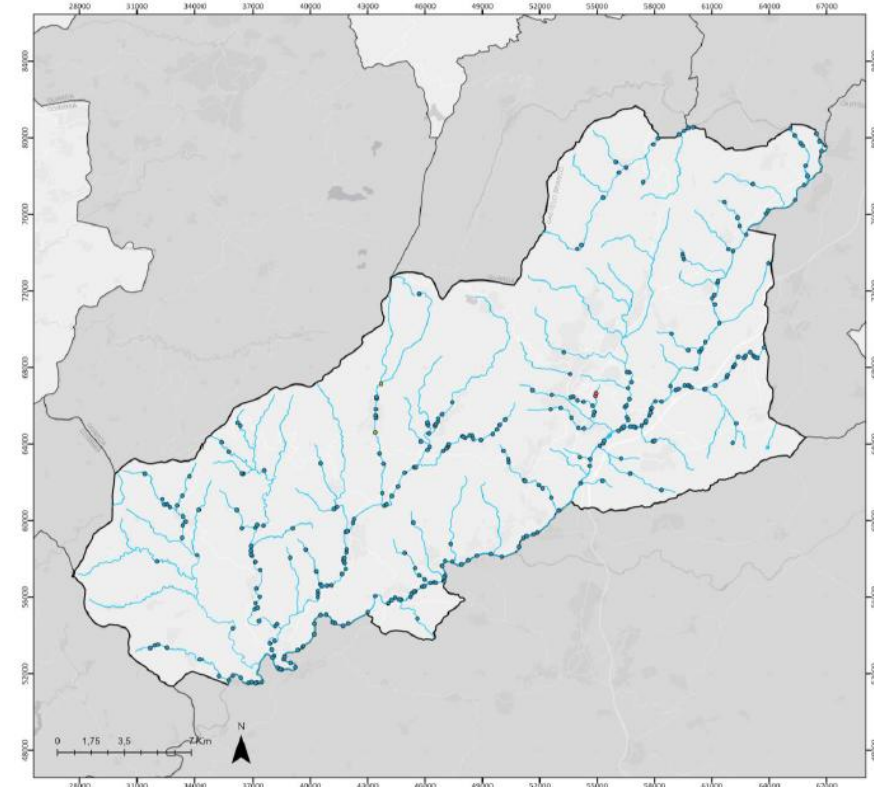
Ponderação do parecer da APA/ARHTO
(matéria de REN)

QUADRO 3

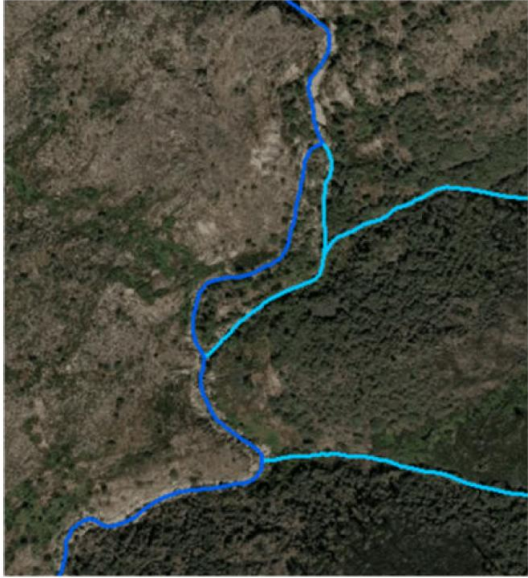



Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. - Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA ARHTO)
Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva
(Anexo 3 – Apreciação da proposta de REN)

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
2. Elementos da proposta				
EP.01	16	<p>Os elementos constituintes da proposta, analisados para emissão de parecer, foram descarregados da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), sendo particularmente relevantes, na ótica da salvaguarda e proteção dos recursos hídricos, os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• <i>Memória Descritiva e Justificativa da REN (1_0503_MDJ REN_2025.04.pdf, datada de abril 2025)</i>• <i>Informação geográfica:</i><ul style="list-style-type: none">○ <i>Proposta de delimitação das diferentes tipologias;</i>○ <i>Cartografia de base</i> <p><u>Note-se que não foi entregue nenhum exemplar da MDJ ou outros documentos com as alterações introduzidas devidamente assinaladas conforme amplamente solicitado em pronúncias anteriores destes serviços.</u></p>	<p>As alterações/correções, advindas da 1ª Reunião Plenária da CC, foram vertidas na MDJ da delimitação da REN, bem como nos respetivos Quadros de Ponderação apresentados. Neste contexto, a MDJ sofreu um número muito significativo de alterações, dando lugar à reformulação de um grande número de textos, dados, cartogramas, e mesmo de alguns subcapítulos de forma integral.</p> <p>Num primeiro momento, procurou-se manter esse registo de alterações no documento Word, mas este acabou por ficar demasiado “pesado”, tendo sido necessário abandonar esse registo de alterações, sob pena de não ser possível trabalhar ou mesmo gravar o documento.</p> <p>Optou-se, assim, pela apresentação de uma MDJ “final” consolidada, onde, numa forma integral, se analisasse a delimitação da REN do concelho.</p>	Recomendação não acolhida
4. Apreciação técnica				
4.1. Aspetos gerais				

AG.01	17	<p>Conforme já referido no presente parecer, bem como em pronúncias anteriores, considera-se essencial a elaboração de uma planta temática sobre os recursos hídricos. a correta delimitação da REN está largamente dependente da cartografia de base utilizada e as discrepâncias detetadas na análise efetuada nesse âmbito, revelam que existem, entre outros aspetos, muitas omissões de linhas de água. Embora a proposta refira que foram feitas algumas retificações, considera-se que não foram suficientes para assegurar uma correta representação da rede hidrográfica do concelho.</p>	<p>Na ponderação efetuada às pronúncias anteriores da entidade, foi já abordada esta questão, nomeadamente as limitações que existem relativamente à delimitação desta tipologia da REN, que são transversais a todos os Municípios a nível nacional. Contudo, considera o Município que a Cartografia de Base Homologada, sendo reconhecida como válida pela entidade da tutela com competências nesta matéria (Direção-Geral do Território), deve ser a base a utilizar.</p> <p>Importa, também, constatar o referido nas OENR relativamente à delimitação dos CALM a partir da cartografia de base:</p> <p>2 - Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre</p> <p>2.1 - Cursos de água e respetivos leitos e margens</p> <p>A definição de cursos de água constante do regime jurídico da REN determina a <u>seleção das linhas de água identificadas na cartografia de base</u> que possuem as características mínimas para serem integradas na REN.</p> <p>(...)</p> <p>Ainda assim, no sentido de uma aproximação às exigências que haviam sido solicitadas pela entidade em pronúncias anteriores, foram sendo efetuadas, sucessivamente, nas diferentes versões de REN apresentadas, melhorias significativas, através de um esforço adicional de correção nos cursos de água incluídos em CALM, nomeadamente: correções do traçado do curso de água, marcações/extensão de troços de cursos de água omissos e delimitação/correção de áreas de leito de cursos de água.</p> <p>No que diz respeito à referência da entidade (“Embora a proposta refira que foram feitas algumas retificações”), importa salientar que a MDJ da REN apresentada na 2.ª Reunião da CC não se limita a referir que foram efetuadas alterações. São identificados/espacializados, em cartograma específico na MDJ, todos os pontos de correção/aferição (num total de 332 pontos). Ver figura infra, extraída da MDJ da REN.</p>	Recomendação não acolhida
-------	----	--	---	------------------------------

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
			<div><p>LEGENDA:</p><ul style="list-style-type: none">Limite administrativo do concelhoLimites administrativos dos concelhos limítrofesCursos de água selecionados para integração da tipologia CALMCorreção<ul style="list-style-type: none">Troço com correção do traçado (troço emitido na cartografia de base)Troço com correção do traçado com base em ortofotoTroço considerado na forma poligonal e com correção do traçado com base em ortofoto<p>Figura 4. Localização e tipo de correções do traçado efetuadas nos cursos de água selecionados para integrar a tipologia CALM</p><p>Base cartográfica da figura: CAOP, 2023; Basemap da ESRI</p><p>Na informação intermédia da delimitação desta tipologia REN, consta, também, uma <i>shapefile</i> (com o nome “<i>pnt_rev_CALM_Covilhã</i>”) com a identificação de todos os pontos de correção.</p></div>	
4.2. Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre				
4.2.1. Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM)				
CALM.01	17	No que respeita à proposta delimitação dos CALM, reitera-se o referido nos pareceres anteriores relativamente à cartografia de base - Rede Hidrográfica, designadamente nas consequências que advêm para a proposta de delimitação da REN. Esta questão foi já abordada neste parecer.	Ver justificação ao ponto AG.01.	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.02	17 e 18	<p><i>b) na análise efetuada sobre a proposta atual foram detetadas algumas situações, como sejam, a título de exemplo:</i></p> <p><i>i. As linhas de água para montante da Albufeira da Cova do Viriato devem integrar a REN;</i></p> <p>...</p>	<p>As linhas de água a montante da albufeira da Cova do Viriato não se enquadram nos critérios de seleção da tipologia CALM, designadamente: linhas de água com bacia drenante superior a 3,5 km2 e/ou integradas na 3ª ordem da classificação de Strahler</p> <p>Note-se, que a tipologia em análise se encontra praticamente estabilizada, salientando ainda, que no anterior Parecer da entidade (respetivamente o parecer de análise da proposta apresentada em sede da 1.ª Reunião Plenária da CC), nada se indicava neste âmbito, indicando outras correções (as quais foram sanadas na presente proposta de delimitação).</p> <p>"No que respeita ao critério da dimensão da bacia de drenagem com uma área mínima de 3,5 km2, verifica-se que a proposta integra os leitos normais dos cursos de água identificados pela APA-ARHTO, à exceção de duas situações que carecem de revisão ou fundamentação (ver figura 1 em anexo)."</p> <p>(excerto do Parecer da 1.ª Reunião Plenária da CC)</p> <p>Não referindo à necessidade de delimitação em CALM dos cursos de água agora assinalados pela entidade.</p>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.03	17 e 18	<p>b) na análise efetuada sobre a proposta atual foram detetadas algumas situações, como sejam, a título de exemplo:</p> <p>...</p> <p>ii. O traçado das linhas de água integrada nos CALM- REN deve corresponder ao traçado da mesma linha de água na rede hidrográfica de base - ver figura CALM – 1 (Anexo 4), na Ribeira de Cortes (a sudoeste de Sanatório dos Ferrovíários).</p> <p>Deve ainda ser garantido que se encontram representadas como entidades iguais (ou seja, por linhas ou polígonos em ambas as cartografias);</p> <div></div> <p>Fig. CALM -1 - Ribeira de Cortes (a sudoeste de Sanatório dos Ferrovíários) (proposta atual – azul; rede hidrográfica – azul-claro)</p>	<p>O troço que se apresenta na figura corresponde a uma situação de derivação do leito, sendo que a cartografia de base representa ambos os "braços" do leito (ver 1ª imagem abaixo). Para efeitos de integração na REN, foi considerado o troço mais significativo (lado oeste), por onde se processa preferencialmente o escoamento (ver 2ª imagem abaixo).</p> <div><p>Linhas de água da Cartografia de Base Homologada</p><p>Curso de água integrado em CALM</p></div>	Recomendação não acolhida

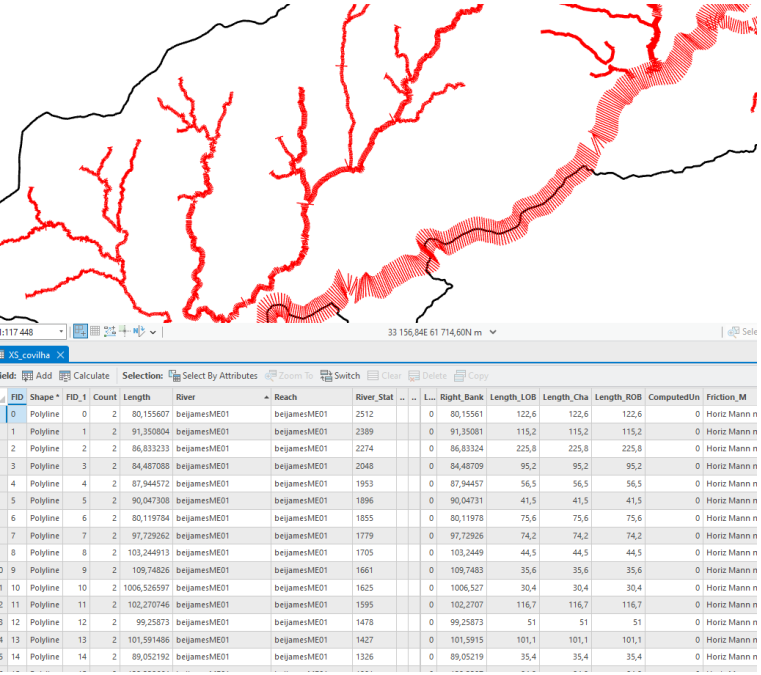
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.04	17 e 18	<p>iii. Omissão de linhas de água na rede hidrográfica de base, representada na Carta Militar, que deveria integrar a REN - CALM sob o critério de associação a ZAC (fig. CALM-2)</p>  <p>Fig. CALM -2 -Proposta atual (azul); proposta anterior (verde) e rede hidrográfica de base (azul-claro)</p>	<p>Relativamente ao ponto b) iii., entende-se que o curso de água identificado pela entidade (linha verde) não contribui de forma significativa para a formação de ZAC.</p> <p>As ZAC aqui representadas resultam da ribeira da Boidobra (curso de água C_15), optando-se pela integração desta em REN, como CALM. Salienta-se que a ribeira da Boidobra é identificada como uma linha de água com bacia drenante superior a 3,5 km² e integrada na 3ª ordem da classificação de Strahler.</p> <p>Relativamente à falta de representação dos troços omissos da cartografia de base (comparativamente ao apresentado na cartografia militar), uma vez que o curso de água (linha verde) não é integrado em CALM, o mesmo manteve-se com a extensão apresentada na cartografia de base homologada, não se considerando a sua correção (i.e. só se procedeu a correções de traçado de cursos de água, nos casos em que os mesmos integram a tipologia CALM).</p>	Recomendação não acolhida
CALM.05	18	<p>Na fig. CALM -2 são visíveis pelo menos 3 tipos de situações a rever:</p> <p>i. Omissão de uma linha de água na rede hidrográfica de base, representada na Carta Militar, que deveria integrar a REN - CALM sob o critério de associação a ZAC</p>	<p>No seguimento do referido no ponto anterior, os cursos de água afluentes da ribeira de Boidobra não são integrados em CALM, uma vez não se enquadram nos critérios de seleção para integração nesta tipologia da REN.</p> <p>Salienta-se, ainda, que a delimitação da ZAC apresentada resulta da simulação de uma cheia centenária, com os caudais para a bacia da ribeira de Boidobra.</p> <p>Devido à topografia existente (zonas mais baixas e algumas depressões de terreno) na foz de algumas das ribeiras afluentes de linhas de água “principais”, poderá parecer, à partida, que a ZAC delimitada resulta dessas linhas de água secundárias, quando, na verdade, resultam da subida da cota na linha de água principal, que “preenche” esses espaços.</p> <p>Por esse motivo, apenas se integraram em CALM as linhas de água que, efetivamente, contribuem, de forma significativa, para formação de ZAC, e não todas as linhas de água que interseitam a ZAC (o que iria desvirtuar o exercício de delimitação dos CALM, integrando nesta tipologia muitos cursos de água de menor importância).</p>	Recomendação não acolhida
CALM.06	18	<p>ii. Foi retirada da proposta de CALM a linha de água que vem de norte (nascente próxima do hospital) que conflui com ZAC, pelo que deve integrar a REN;</p>	<p>Este afluente foi retirado (substituído pela linha de água que identifica a ribª da Boidobra) uma vez que foi considerada, para integração em CALM, a ribeira da Boidobra (curso de água C_15) identificada como um curso de água com bacia drenante superior a 3,5 km² e integrada na 3ª ordem da classificação de Strahler e ainda associada à formação de ZAC.</p>	Contributo registado e não acolhido

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
CALM.07	18	iv. Linhas de água que não estão representadas até à cabeceira;	<p>Os cursos de água incluídos em CALM foram delimitados, segundo o traçado indicado na cartografia de base homologada e considerados até aos respetivos pontos de “nascente” (incluindo-se nas respetivas cabeceiras).</p> <p>Procedeu-se, ainda, a uma ligeira correção (extensão) até a cabeceira do Rib.º da Moita dos Ferreiros (C_82).</p> <p>Neste contexto, importa ainda salientar, na generalidade dos cursos de água integrados em CALM, sobretudo aqueles que podem ser considerados como linhas de água "principais", encontram-se representados até à cabeceira. No entanto, existem outros cursos de água, que podem ser considerados "secundários", cujo traçado se prolonga até ao local onde o mesmo é visível. Uma vez que, de acordo com as OENR, as Cabeceiras das Bacias Hidrográficas (CBH) partem das "<i>linhas de festo principais e abrangendo áreas planas e convexas adjacentes e áreas côncavas até à interseção com a linha de água principal</i>", daqui resulta que algumas linhas de água CALM, de importância secundaria, não se prolonguem até à área das Cabeceiras que integra a tipologia AEIPRA.</p> <p>Exemplos da delimitação dos cursos de água CALM até às CBH, observando-se ainda os cursos de água dados pela cartografia de base homologado se estendem por vezes dentro da área das CBH.</p> 	Contributo registado e não acolhido
CALM.08	18	v. Linhas de água representada na Carta Militar, visíveis nos ortofotomapas e que não estão representadas na rede hidrográfica de base.	<p>Como anteriormente referido, o processo de delimitação da REN não pressupõe a criação/delimitação de nova cartografia de recursos hídricos, nem que a delimitação dos CALM seja baseada nesta. Contudo, na delimitação dos CALM, foram asseguradas diversas correções, num esforço adicional desenvolvido pelo Município/ET, efetuando-se correções/aferições adicionais do traçado de cursos de água CALM.</p> <p>Ver ponderação a ponto AG.01.</p>	Contributo registado e não acolhido
4.2.3. Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA)				

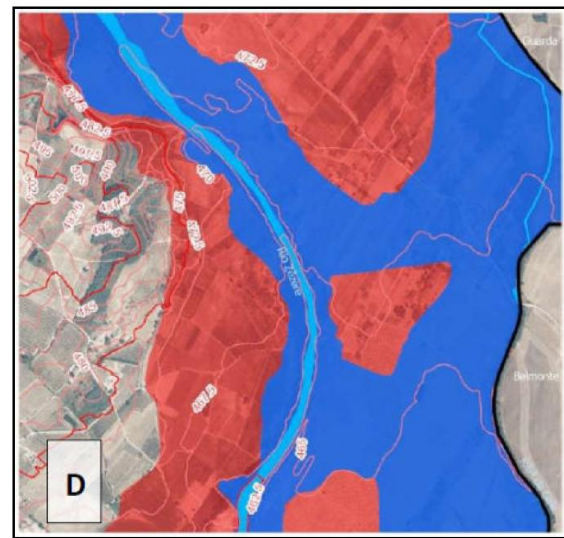
N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AEIPRA.01	19 e 20	<p>Relativamente à componente das cabeceiras das bacias hidrográficas a integrar na tipologia AEIPRA, no Município de Covilhã, é referido o enquadramento legal, não sendo referenciada a “Orientação Técnica para Apoio ao Cálculo das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas” (OTCH).</p> <p>De um modo geral, verifica-se que os procedimentos de cálculo das cabeceiras não se apresentam de acordo com os objetivos referidos na OTCH.</p>	<p>Relativamente à proposta de delimitação das CBH, importa enquadrar os antecedentes, nomeadamente o parecer emitido pela entidade no âmbito da proposta de REN que integrou os elementos apreciados na 1.ª Reunião Plenária da CC. Sobre a delimitação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas, podia ler-se, no referido parecer:</p> <p><i>“Da análise da informação geográfica disponibilizada conclui-se que foram utilizadas as cabeceiras das linhas de água de 3ª ordem, com processos que revelam generalização e suavização das manchas, sendo o resultado mais adaptado à configuração do território, embora apenas de modo aproximado se analisado com a topografia disponibilizada.</i></p> <p><i>De igual modo, se for feita uma análise considerando a rede hidrográfica disponibilizada, verifica-se que esses ajustes deveriam, para um resultado mais adequado, ter em conta o traçado da mesma (nomeadamente, após a sua revisão de acordo com o já exposto neste parecer).</i></p> <p><i>Assim, sugere-se que se tentem minimizar as sobreposições com as linhas de água representadas em cartografia de menor escala (utilizando como referência a Carta Militar 1/25.000, por exemplo).</i></p> <p><i>Sugere-se, ainda, que esta análise decorra em simultâneo com a revisão da rede hidrográfica da cartografia de base. A título de exemplo, podem observar-se as situações ilustradas nas figuras 6 a 8 em anexo.</i></p> <p><i>Tendo, ainda, em conta as respostas apresentadas no Quadro-1, <u>considera-se de aceitar condicionalmente a proposta de delimitação apresentada, devendo ser feitos ajustes face ao exposto.</u></i></p> <p>Neste âmbito, uma vez que foram feitos os ajustes indicados, estando a tipologia praticamente estabilizada (tanto da delimitação das áreas de recarga, como na delimitação das CBH do concelho), entende o Município/ET de manter a delimitação das CBH apresentadas em sede da 2.ª Reunião Plenária da CC.</p> <p>De notar ainda, embora o resultado das CBH apresentado, em certa medida, não cumpra as OTCBH, as CBH são obtidas a partir dos trabalhos de delimitação das cabeceiras das linhas de água desenvolvido pelo ISA e disponibilizado na plataforma do EPIC-WEBGIS. Esta informação tem por base a metodologia da Selma Pena. Salienta-se que metodologia adjacente ao resultado do EPIC-WEBGIS é a mesma a aplicar segundo as OTCBH, o qual levará a resultados similares ao apresentado na delimitação das CBH para o concelho da Covilhã.</p> <p>Assim, tendo por base as cabeceiras fornecidas pelo EPIC-WEBGIS, foram consideradas as cabeceiras até à 3ª ordem, uma vez que estas correspondem às bacias hidrográficas das linhas de água desde a escala nacional (1ª ordem), regional (2ª ordem) à escala municipal, permitindo assegurar a continuidade ecológica com os cursos de água do sistema REN. A este resultado, como descrito acima, foram ainda feitos ajustes de modo a minimizar a sobreposição com as linhas de água.</p>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AEIPRA.02	19 e 20	<p><i>Correção das Linhas de Festo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> De acordo com a MDJ, não foi realizado o acerto das linhas de festo ao território e à escala municipal. Uma vez que a OTCH apresenta o objetivo da criação de dados que representem com maior detalhe a realidade local, é pedido que seja realizada a delimitação de CBH com recurso a linhas de festo à escala local. Acréscenta-se que será necessário referir e justificar, na MDJ, a metodologia usada e que cada alteração, com base na geomorfologia local, deverá ser apresentada com a justificação para essa opção relativa à metodologia. 	Ver justificação AEIPRA.02.	Recomendação não acolhida
AEIPRA.03	19 e 20	<p><i>Delimitação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> A delimitação das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas não foi efetuada através da metodologia referida na OTCH. Uma vez que a metodologia apresentada não representa corretamente as CBH, à escala do concelho, alertamos que a mesma deverá ser justificada com maior pormenor ou alterada (por exemplo, de acordo com as orientações definidas na OTCH), no âmbito de permitir a avaliação necessária da tipologia. O conhecimento da geomorfologia local, que o município detém, é uma mais-valia que deve ser usada e acrescentada aos processos de modelação matemática usados. <p><i>Importa salientar que a MDJ deverá referir e referenciar a “Orientação Técnica para Apoio ao Cálculo das Cabeceiras das Bacias Hidrográficas”, elaborada pela Comissão Nacional do Território, que auxiliará, tanto o processo de delimitação das cabeceiras, como a forma de expor os resultados para a sua validação.</i></p>	<p>Ver justificação AEIPRA.02.</p> <p>Neste âmbito, em sede de MDJ da REN, será devidamente justificada a opção da presente proposta de delimitação das CBH do concelho, em detrimento da não opção da delimitação das CBH segundo a metodologia da OTCBH.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
AEIPRA.04	19 e 20	<p><i>De um modo geral, considera-se ainda pertinente salientar a importância da apresentação de cartogramas que demonstrem a sequência dos diferentes passos e de um aprofundamento quanto aos detalhes relativos à metodologia, tal como é apresentada nas OTCH. Mais especificamente estão em falta os cartogramas referentes à comparação das linhas de festo base com sobreposição das linhas de festo ajustadas e dois cartogramas comparativos das CBH obtidas, um com sobreposição das linhas de festo ajustadas e outro com sobreposição das linhas de festo nacionais.</i></p> <p><i>Alerta-se que é requerida toda a informação geográfica relevante, de forma a auxiliar a avaliação do processo realizado.</i></p> <p><i>Finalmente, importa lembrar que os processos de modelação estão sempre sujeitos a erros imprecisões, pelo que é fundamental, por parte da equipa técnica e do município, um olhar crítico sobre os resultados obtidos e, caso necessário, o ajustamento dos resultados ao território, garantindo uma melhor delimitação e gestão da REN.</i></p>	Ver justificação AEIPRA.02.	Recomendação não acolhida
4.3. Áreas de prevenção de riscos naturais				
4.3.1. Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC)				
ZAC.01	20 e 21	<p><i>Face ao parecer antecedente S058523-202410-ARHTO.DPI, de 10.10.2024, a reunião de 14 e 23 de outubro de 2024, a respetiva Ata, bem como o Quadro de Ponderação (QP) apresentado face aos pareceres da ARHTO e a referida reunião havida, cumpre esclarecer:</i></p> <p><i>a. Embora tenha sido apresentado conjuntamente com a Proposta um quadro / tabela que sistematiza as questões levantadas pela ARHTO e as respetivas respostas (QP), não foi remetida uma versão da MDJ com a identificação de todas as alterações introduzidas (com texto em cor diferente) e de modo a tornar eficaz a análise a efetuar, sendo que o QP menciona que, “O grande número de alterações efetuadas tornou inviável e pouco operativo elaborar um documento onde se sinalizassem todas as alterações”.</i></p>	Ver ponderação ao ponto EP.01.	Contributo registado

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.02	21	<p><i>c. Algumas alterações ou ajustes realizados (face ao estabelecido na Reunião de Concertação de 14 e de 23 de outubro de 2024), não introduziram melhorias substanciais ao EHH desenvolvido atendendo ao estritamente pretendido no RJREN, delimitação das Zonas Ameaçadas pela Cheias.</i></p> <p><i>Identifica-se a seguinte situação de âmbito meramente exemplificativo:</i></p> <p><i>No ofício antecedente da APA-ARHTO (S058523-202410-ARHTO.DPI), página 7 do seu Anexo 1 – Apreciação da Proposta, referiu-se que “Relativamente às séries de registos de precipitação máxima diária anual nas estações de Caria (12M/01UG), Covilhã (12L/03G), Valhelhas (11M/01UG) e Silvares (13K/02UG), estas foram atendidas para fins de aferição da precipitação máxima diária anual para o período de retorno de 100 anos, com base na lei de distribuição de Gumbel – tipo I. Não foi avaliada a consistência das séries, nem a lei de distribuição que melhor se lhes aplica. Foi igualmente determinada a precipitação máxima diária anual para os períodos de retorno de 1, 2.5, 5, 10 e 50 anos, que não apresentam fundamento no âmbito da delimitação da tipologia ZAC.”</i></p> <p><i>Na reunião de concertação ficou estabelecido que o estudo atenderia ao período de retorno de 100 anos.</i></p> <p><i>O atual QP menciona que a secção do EHH em questão foi alterada.</i></p> <p><i>O atual EHH (abril de 2025), página 54, explicita que “O menor registo de precipitação diária máxima anual foi de 22,8 mm, 34,0 mm, 30,7 e 43,0 mm para as estações de CARIA (12M/01UG), COVILHÃ (12L/03G), SILVARES (13K/02UG) e VALHELHAS (11M/01UG), respetivamente, com um período de retorno de um ano enquanto o maior valor de precipitação máxima diária anual registado nas séries foi de 180,6 mm, 260,8 mm, 201,0 mm e 281,6 mm, com um período de retorno de 181, 261, 201 e 281 anos, (...)”.</i></p> <p><i>Posto isto, verifica-se que, não obstante o solicitado e as alterações realizadas à redação do EHH, o seu conteúdo é por vezes demasiado lato, não sendo focado para o contexto da delimitação das Zona Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no âmbito do RJREN e das OENR, o que conduz a alguma ineficácia.</i></p>	<p>A informação referida apresenta-se no documento para efeitos de contextualização.</p> <p>Será reanalisado o texto, focando-se apenas nos aspetos essenciais para o contexto da delimitação das Zona Ameaçadas pelas Cheias (ZAC) no âmbito do RJREN e das OENR.</p>	Contributo acolhido

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.03	22	<p>f. Não consta a localização exata, em shapefile, das secções estudadas no Estudo Hidrológico e Hidráulico. A sua localização integra o Anexo II do EHH, devendo ser complementada por informação geográfica (shapefile). Da informação geográfica deve ainda constar os restantes parâmetros considerados neste anexo, e ainda a profundidade e velocidade de escoamento.</p>	<p>A informação vetorial, indicada pela entidade, consta da Informação Intermédia (delimitação da ZAC) apresentada sede da 2.ª Reunião Plenária.</p> <p>Constando ainda os Registos de cheia analisados e a velocidade e profundidade de escoamento, vejam-se as pastas anexadas aos elementos enviados:</p> <div><div>Nome</div><div><div>Registos de Cheia</div><div>Seccoes</div><div>Velocidade_Profundidade</div></div><div>Data de modific</div><div><div>17/04/2025 10:0</div><div>15/04/2025 14:3</div><div>17/04/2025 17:0</div></div></div> <p>Na imagem seguinte apresenta-se, um exemplo das secções apresentadas e da respetiva tabela de atributos:</p>  <p>Quanto à falta dos dados relativos à profundidade e velocidade, tratar-se-á de um lapso no parecer, pois a própria entidade identifica estes dados na sua análise apresentada na Figura ZAC 03 e Figura ZAC 04, anexas ao parecer apresentado em sede da 2.ª Reunião Plenária (ver ponto ZAC.07).</p>	Contributo registado

ZAC.04	22 e 23	<p><i>g. O EHH apresenta a comparação entre a proposta das ZAC e a delimitação da ZA ao rio Zêzere (pag.118/119 do EHH), apresentado alguns exemplos de discrepâncias existentes, fundamentando-as.</i></p> <p><i>Refere o EHH que, “considerando apenas os troços que se encontram delimitados como ZA, e fazendo a sua correlação para circunscrição da ZAC, observa-se que a diferença entre a ZA e área inundável simulada é de 779,3 ha: passando de 2379 ha (ZA), para 1599,7 ha (...).</i></p> <p><i>Comparando, então, ambas as áreas (ZA e área inundável simulada) verifica-se que as diferenças resultam, sobretudo, de um muito menor rigor cartográfico que esteve subjacente à delimitação da ZA. Estas situações tornam-se ainda mais evidentes, quando comparada a ZA com a cartografia de base do concelho (elaborada à escala 1:5 000).</i></p> <p><i>Neste âmbito, importa referir que a área inundável foi simulada tendo por base, na área do concelho, a cartografia de base à escala 1:5 000 (conferindo um maior detalhe à sua delimitação). O resultado da simulação das áreas inundáveis, como explanado no Ponto anterior, foi ainda corroborada pelos registos históricos de cheias e trabalho de campo associado aos mesmos. Note-se, ainda, que os resultados de simulação das áreas inundáveis, obedeceram aos métodos descritos no presente estudo (assegurando-se o cumprimento das disposições que constam da Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, na sua redação atual)”.</i></p> <p><i>Há a reportar que as propostas de ZAC dos municípios do Fundão e de Belmonte foram aceites com divergências existentes entre as duas delimitações, ZAC e ZA, considerando os fundamentos apontados nas propostas apresentadas, a existência de diversas incorreções na delimitação original da ZA, do conhecimento da APA, e a necessidade de ser elaborado um estudo hidrológico e hidráulico integrado, que resulte na representação do território inundável para a cheia centenária do rio Zêzere e seus afluentes, coerente e contínuo entre e nos concelhos abrangidos.</i></p> <p><i>No entanto, há a reportar que a delimitação das ZAC representada na Imagem D da Figura 40 do EHH (Figura 1, em anexo), e na Figura 2, não se afigura viável do ponto de vista da representação das ZAC no local, e independentemente dos testemunhos obtidos no trabalho de campo da ET.</i></p> <p><i>O local é aplanado, localizado em zona de confluência de dois cursos de água com caudal elevado em situação de evento de precipitação extrema, com vasta área contributiva, sendo que as diferenças de cotas entre as áreas delimitadas como ZAC e as bolsas/áreas excluídas não são expressivas, o que não permite garantir com segurança que o nível de água decorrente de cheia centenária, não atinja essas áreas.</i></p> <p><i>As áreas em causa (representadas nas Figuras 1 e 2) devem integrar as ZAC.</i></p>	<p>As ZAC apresentadas na delimitação da REN do concelho da Covilhã, como explanado na MDJ da REN e respetivo Anexo I (Cartografia de Risco – Estudo hidrológico para o concelho da Covilhã (EH)), tiveram por base os resultados da simulação das áreas inundáveis para o concelho, advindas do respetivo EH.</p> <p>A simulação das áreas inundáveis/ZAC, obedecem às OENR da delimitação da REN, onde os caudais de ponta de cheia obtidos, foram utilizados para a delimitação de áreas suscetíveis de serem inundadas, considerando um período de retorno de 100 anos.</p> <p>Neste âmbito, salienta-se, ainda, que na determinação dos caudais de ponta de cheia para as bacias hidrográficas analisadas no concelho, foram <u>aplicados seis métodos</u>, onde, com base nos valores obtidos, e após exclusão do maior e do menor valor, foi calculada a sua média (método analisados: método de Loureiro, método de Turazza-Giandotti, método Racional, método Soil Conservation Service (SCS), método de Temez e métodos do Hidrograma unitário do (SCS)).</p> <p>Abaixo apresenta-se uma imagem onde se procura explicar o resultado, na zona mencionada pela entidade. Como resultado da simulação da área inundável “bruta” (polígono azul-claro), observam-se algumas áreas vazias (círculo amarelo), nomeadamente em zonas onde as curvas de nível efetuam uma inflexão (apontando para a existência de um pequeno “morro”, corroborado por alguns pontos cotados ligeiramente superiores à envolvente, intercalados com outros com cota similar.</p> <p>Neste caso, para delimitação da ZAC (trama castanha), o vazio foi colmatado, tornado a ZAC mais orgânica e aderente ao território.</p> <p>Transversalmente, observa-se que o resultado “bruto” é coerente nas duas margens do rio Zêzere, mostrando-se com a mesma cota de inundaçã</p> <p>No caso das áreas vazias de maior dimensão, através da análise dos pontos cotados da cartografia de base homologada, verifica-se, genericamente, que estas se encontram acima da cota de inundaçã apresentada. (ver imagem seguinte)</p> <p>Neste contexto, entende o Município/ET, manter a delimitação dos vazios da ZAC.</p>	<p>Recomendação não acolhida</p>
--------	---------	---	---	---



Limite administrativo do concelho
Rede hidrográfica (cartografia de base)
Leitos de cursos de água
Leitos dos cursos de água
Altimetria (cartografia de base)
Curva Nivel Mestra
Curva Nivel Secundaria

Zonas ameaçadas pelas cheias (proposta de delimitação)
Zona adjacente (concelho da Covilhã)

Fig. ZAC -1 - Sobreposição da proposta de ZAC à ZA ao rio Zêzere (Fonte - Extrato da Figura 40 do EHH)

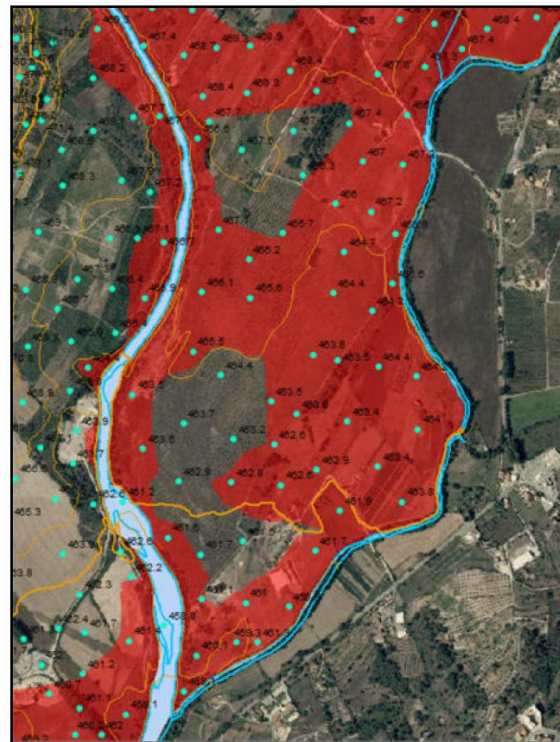
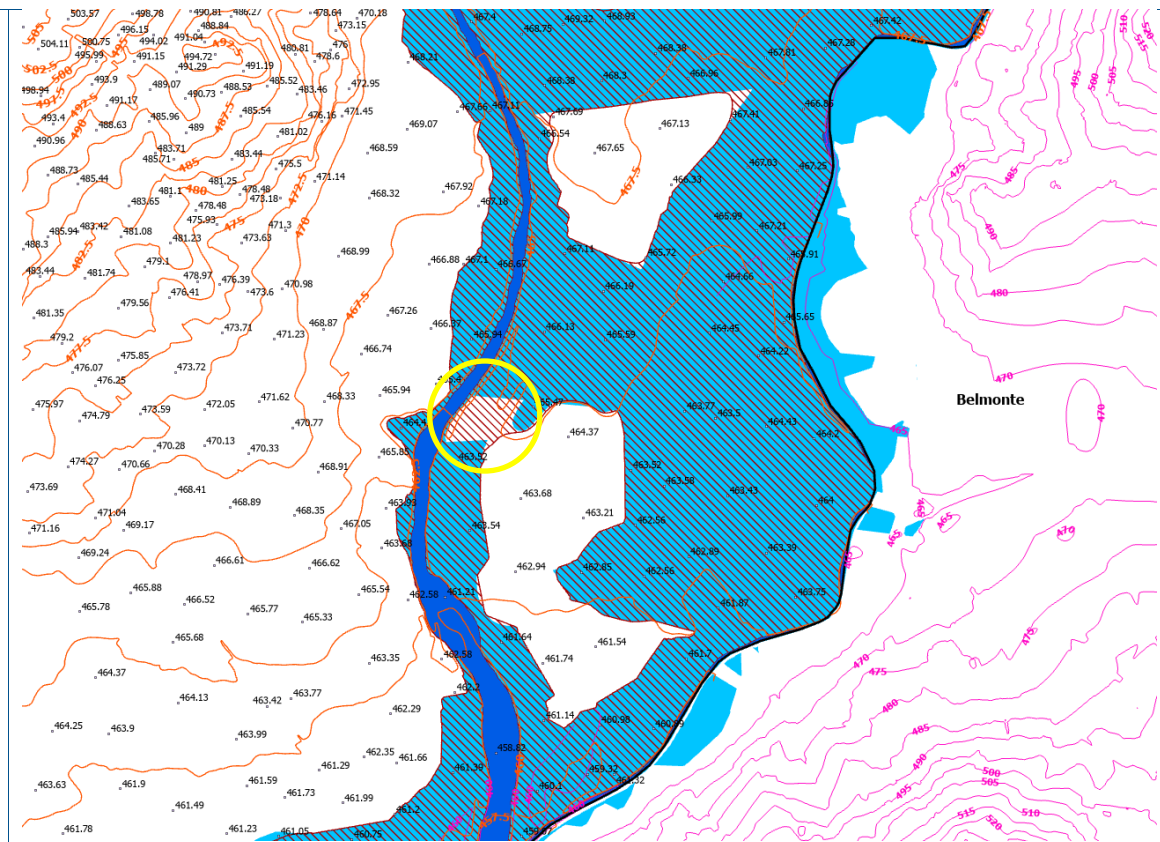


Fig. ZAC - 2 – Altimetria de base sobreposta à Proposta de ZAC (confluência rio Zêzere com a ribeira de Gaia)


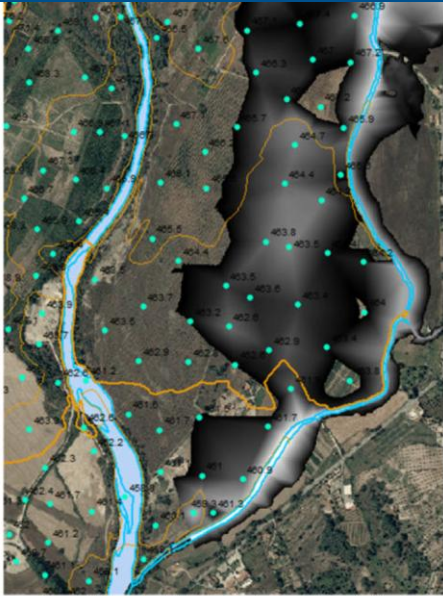
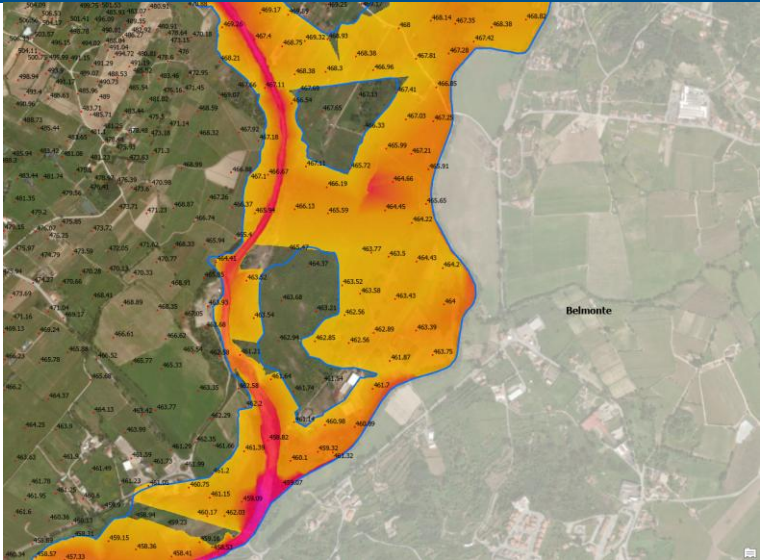
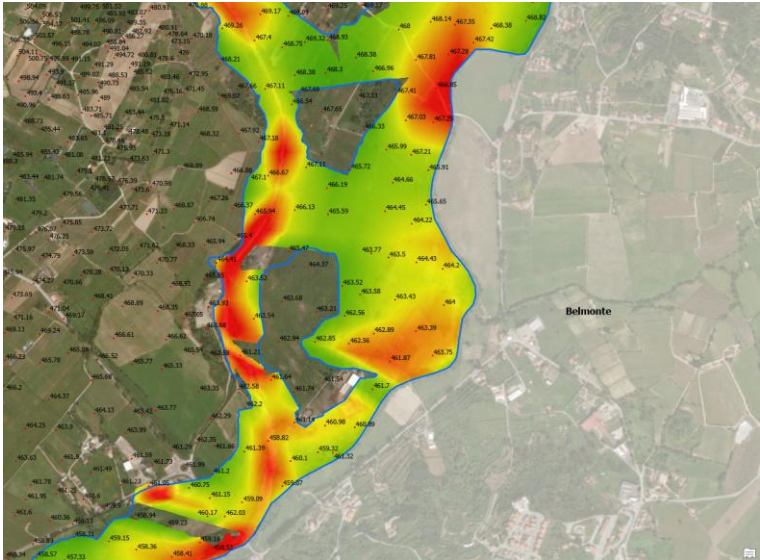
Acréscimo das dúvidas suscitadas pela representação da profundidade de escoamento no rio Zêzere e na ribeira de Gaia, não coerentes com a proposta de ZAC, no local (Figuras 3 e 4).






Relativamente às incoerências registadas nos ficheiros da profundidade e velocidade de escoamento, importa salientar que, por lapso, foi integrado, no processo da REN remetido para a 2.ª Reunião da CC, uma versão antiga e desatualizada dos ficheiros de profundidade e escoamento.

Para que não restem dúvidas sobre os resultados intermédios da delimitação da tipologia, mais especificamente, os mapas de profundidade e velocidade de escoamento que fundamentam a delimitação das ZAC, juntam-se ao processo da delimitação da REN os ficheiros atualizados.

Apresenta-se, abaixo, o resultado da profundidade (imagem 1) e velocidade (imagem 2), na zona de confluência da ribeira de Gaia com o rio Zêzere. Estes mostram-se, efetivamente, coerentes com a delimitação de ZAC que consta da proposta analisada na 2.ª Reunião da CC (limite/linha azul-escuro).

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
		<div><p>Fig. ZAC - 3 - Ficheiro intermédio relativo à profundidade de água, referente ao rio Zêzere (confluência do rio Zêzere com a ribeira de Gaia)</p></div> <div><p>Fig. ZAC - 4 - Ficheiro intermédio relativo à profundidade de água, referente à ribeira de Gaia (confluência do rio Zêzere com a ribeira de Gaia)</p></div>	<div><p>(1 - profundidade da água)</p><p>(2 - velocidade da água)</p></div>	

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.05	23	<p><i>h. A maioria dos registos de cheias fornecidos pela APA não integram a proposta das ZAC, devendo ser melhor aferida a sua localização, independentemente da ausência de georreferenciação. Em vários casos existe proximidade a linhas de água representadas na Carta Militar à escala 1/25000, e visíveis em ortofotomapa (exemplo a Figura 5), não obstante possam não constar da rede hidrográfica de base. Ambas as situações devem ser revistas (localização das ocorrências e hidrografia de base).</i></p>  <p>Fig. ZAC - 5 – Registo de ocorrência de cheia. Aldeia de São Francisco de Assis. Proximidade a linha de água sob EM512 (Fonte – APA)</p>	<p>Conforme referido anteriormente, não haverá lugar a uma revisão da hidrografia de base.</p> <p>Relativamente ao registo de ocorrências fornecido pela APA, e conforme referido na MDJ, observa-se que: “... 53% dos registos tem uma localização estimada, devido aos dados fornecidos não estarem georreferenciados, não terem cota altimétrica associada e não possuírem uma descrição detalhada da sua localização. Estes dados, pela natureza da sua origem, sobretudo associada a fenómenos de inundação urbana, não permitem tirar conclusões consistentes acerca da delimitação das ZAC, ao contrário do que sucede na comparação com os registos municipais efetuada no subcapítulo seguinte.”</p> <p>O Município já efetuou, no âmbito da proposta de REN apresentada no âmbito da 2.ª Reunião Plenária da CC, um significativo esforço de aferição, partindo de dados de base com pouca consistência e incompletos (fornecidos pela entidade), que resultaram, mesmo com o conhecimento sobre o território em questão, numa grande incerteza. Conclui-se, assim, conforme já exposto, que os mesmos se demonstram inadequados para serem considerados no âmbito da delimitação da tipologia, não sendo viável ou consequente, qualquer nova tentativa de aferição (tendo em conta a falta de consistência dos dados, bem como a fase adiantada em que o processo da REN se encontra). Conforme referido nas OENR, “a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias deve ser adequadamente descrita e documentada e ter por base informação fiável”, sendo eu este último ponto não está garantido, para o registo fornecido pela entidade.</p> <p>O contrário não se aplica ao registo de cheias efetuado internamente pelo Município, o qual permite, de facto, tirar importantes conclusões e validar a modelação hidrológica e hidráulica efetuada.</p>	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ZAC.06	23	<p><i>i. Não obstante o trabalho de campo referido, a existência de um murete na Escola implantada junto ao afluente da margem direita da ribeira do Paul, freguesia de Paul, impeditivo da entrada de água na Escola por transbordo daquele curso de água, foi delimitada ZAC no local (Figura 6) assegurando maior segurança de um edifício sensível. Note-se que o murete é um obstáculo, mas a sua estabilidade depende do seu estado e da altura e velocidade de escoamento.</i></p>  <p>Fig. ZAC - 6 – Proposta de ZAC na freguesia do Paul, junto a elemento exposto (Escola).</p>	<p>Relativamente ao Ponto i., na zona da Escola Básica do Paul (localizada na margem esquerda da ribeira da Erada, afluente da ribeira do Paul), independentemente da existência do muro de vedação, uma vez que a simulação apresenta áreas inundáveis no recinto escolar, apresenta-se com delimitação de ZAC.</p> <p>Salienta-se que, embora se verifique a existência do muro de vedação, os dados altimétricos não são traduzidos na cartografia de base homologada (sendo esta elaborada à escala 1:5 000, não traduzindo este tipo de detalhe), assim no momento da elaboração do MDT e posteriormente no desenvolvimento da simulação das áreas inundáveis, esta barreira não é identificada levando ao espraio da ZAC em recinto escolar.</p> <p>Note-se ainda que, embora a entidade não tenha avaliado a proposta de Exclusões de áreas da REN, as áreas ZAC abrangidas pelo recinto escolar (e habitações localizadas a norte) são propostas como exclusão do Tipo C (C31 e C60) (imagem seguinte), devendo assegurar a sua integração na planta de zonas inundáveis.</p> 	Contributo registado
ZAC.07	23	<p><i>k. O EHH deve constar como anexo da Proposta de REN, parte integrante desta.</i></p>	<p>O EH para o concelho da Covilhã é parte integrante da MDJ da REN, sendo a Anexo à mesma.</p>	Contributo registado
ZAC.08	23	<p><i>Concluindo, a proposta de delimitação das ZAC apresentada não reúne ainda condições de aceitação, devendo ser corrigidos os aspetos apontados nos pontos f., g., h. e i. e complementados os restantes apontados.</i></p>	<p>Entende-se que os aspetos identificados nos pontos f, g, h e i se encontram corrigidos/respondidos segundo o apresentado nos pontos ZAC.06, ZAC.07, ZAC.08 e ZAC.09.</p>	Contributo registado

5. Áreas Urbanas Consolidadas

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
AUC.01	24	<p>A APA-ARHTO considera que a “retirada” de áreas da REN deve decorrer no contexto das exclusões. Com efeito, ao retirar essas áreas na fase da delimitação da REN bruta do concelho, elimina-se (apaga-se) informação relevante sobre o território; pelo contrário, na sequência de um procedimento de exclusão, a informação permanece disponível no processo de revisão / elaboração do PDM.</p> <p>Este conhecimento, da realidade potencial do território (independente da ocupação existente) poderá ser relevante, por exemplo, para futuras intervenções no território que impliquem ou resultem de alterações de ocupação do solo.</p>	<p>A aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS pelas AUC constitui um passo intermédio (no final da proposta de REN Bruta, e antes da proposta de exclusões), que tem sido prática corrente nos processos de REN em muitos concelhos da região Centro, no âmbito da respetiva delimitação da REN à luz das novas OENR.</p> <p>Este passo permite reduzir, substancialmente, o número de propostas de exclusões do tipo C, “eliminando”, desde logo, um conjunto de áreas que já não cumprem as funções inerentes à integração em REN, nas duas tipologias referidas.</p> <p>Neste contexto, e paralelamente ao que tem sido hábito noutros concelhos da região Centro, entende o Município manter esta proposta de aferição, procedendo às Exclusões tendo por base a REN já aferida/expurgada das AUC (apenas nas tipologias AEIPRA e AEREHS).</p>	Recomendação não acolhida